FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS 40 ANOS

MERCADO INTERNACIONAL DE CARNE DE AVES

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 8 N.º 10 OUTUBRO DE 1984

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NOTA DA EDIÇÃO

Realizou-se este mês, em São Paulo, um seminário sobre a experiência alimentar de grandes centros populacionais, patrocinado pela **Organização para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO).** *Embora o objeto central das discussões fosse o abastecimento alimentar daquela cidade, muitas das questões discutidas mostraram-se relevantes para as principais aglomerações urbanas do país. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a infra-estrutura necessária à manutenção de um fluxo constante de alimentos atingiu um gigantismo cujo controle se torna cada vez mais difícil, mas não é diferente a qualidade dos problemas enfrentados pelas administrações nas demais áreas metropolitanas do país.*

Possivelmente, substancial parcela da responsabilidade pela atual configuração complexa do abastecimento deve-se ao processo de **modernização** *da sociedade brasileira como um todo, em que elementos arcaicos, porém funcionais, coexistem com outros tecnologicamente avançados. O desenvolvimentismo acicatou disparidades. Nos últimos anos, criaram-se muitas novas instalações para o recebimento da produção agrícola, mas os mecanismos necessários à fluidez continuaram precários e pouco melhorou a capitalização do produtor rural, por vezes prisioneiro de uma extensa teia de intermediários. A intervenção estatal, mediante tabelamentos, quotas, taxações e vendas de estoques governamentais, constituídos após boas safras, em geral pautou-se pela preocupação com o reflexo dos preços sobre os índices inflacionários, sem atentar para as dificuldades da agricultura.*

No presente número de **Agroanalysis**, *alguns aspectos da dicotomia antigo/moderno podem ser visualizados nos comentários (leite, mandioca e suco de laranja) e na matéria de capa, referente ao mercado da carne avícola.*

Com efeito, uma das mais tradicionais lavouras brasileiras voltadas para o abastecimento interno, a da mandioca, tem sua produção, essencial para a subsistência do homem do campo, estagnada há décadas e há cinco safras consecutivas apresenta recuos, tendo sido relegada, em função da preferência por cultivos mais rentáveis. Nos demais produtos, destaca-se a difícil situação da pecuária leiteira, abalada por séria crise de liqüidez, que afeta, também, o segmento industrial. A freqüente rusticidade do processo de coleta da matéria-prima, o leite, estabelece forte contraste com a sofisticação da indústria laticinista. No caso da produção de carne de aves, que registrou rápida expansão nos anos setenta, vem-se assistindo a um gradual processo de concentração e verticalização, no qual as empresas de menor porte são expelidas do mercado.

Não parece estar próxima a superação deste tipo de dificuldade, mesmo porque, como citado anteriormente, a funcionalidade inerente a determinadas formas de produção e de comercialização consideradas anacrônicas vem impedindo o êxito das tentativas de racionalização.

SUMÁRIO

MERCADO INTERNACIONAL DE CARNE DE AVES 2

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS

- Pecuária de Leite 11

PRODUTOS VEGETAIS E DERIVADOS

- Mandioca 14
- Suco Cítrico 16
- Trigo 21

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

MERCADO INTERNACIONAL DE CARNE DE AVES

A DECISÃO DOS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E DO NORTE DA ÁFRICA, TRADICIONAIS IMPORTADORES, DE INCENTIVAR A SUA PRÓPRIA PRODUÇÃO E O DECLÍNIO DO CONSUMO INTERNO DOS PAÍSES EXPORTADORES, SÃO FATORES QUE VÊM DESESTIMULANDO A PRODUÇÃO DE CARNE DE AVES NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS. NO BRASIL, TERCEIRO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL, ESTA TENDÊNCIA TERMINA POR ALIJAR DO MERCADO OS CRIADORES DE MENOR PORTE, DANDO LUGAR ÀS CRIAÇÕES INTEGRADAS.

De acordo com dados do **Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)**, a produção mundial de carne de aves, em 1983, foi de 23,2 milhões de t, representando um crescimento de pouco mais de 9% sobre o total alcançado em 1980. As produções de carnes de suínos e bovinos evoluíram, no mesmo período, 1,3% e 0,8%, respectivamente (ver Quadro 01).

As razões destes diferentes desempenhos encontram-se nas características da avicultura, onde se aliam o curto ciclo de vida das aves e seu preço final mais atraente para o consumidor. O caráter flexível da atividade, dado pelo ciclo biológico do animal, permite sua expansão rápida, quando há maior demanda. Além disso, no momento, os avanços da pesquisa genética e das práticas de manejo, de alimentação e de defesa sanitária garantem um nível elevado de segurança à atividade.

De acordo com o **USDA**, o consumo mundial médio de carnes avícola e suína no período 1980–83 superou o de 1975–79 em 27% e 11%, respectivamente, enquanto o de carne bovina registrou uma retração de 3% (ver Quadro 02).

Da mesma forma, as transações no mercado internacional de carne de aves registraram um desenvolvimento, no período considerado, muito acima do ocorrido com as das carnes bovina e suína. Em 1983, as exportações mundiais de carne avícola foram 57% maiores do que a média de 1975–79, enquanto, no caso das exportações de carne bovina, este percentual foi praticamente nulo. Em pior situação ficou a carne suína, cujas vendas apresentaram queda de 8% (ver Quadro 03). A partir de 1982, o comércio internacional de carne de aves vem-se arrefecendo, em contraste com o forte crescimento característico do período de 1975–81.

Para 1984, o **USDA** prevê um aumento da produção e do consumo mundiais das carnes bovina e de aves. Em relação à carne suína, tanto a produção como o consumo deverão estabilizar-se.

QUADRO 01 – PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE AVES – 1980–84
(em 1.000 t)

TIPO	1980	1981	1982	1983[1]	1984[2]
Bovina	40.451	40.716	40.821	40.960	41.069
Suína	37.030	36.852	36.205	37.339	37.068
Aves	21.218	22.337	22.828	23.205	23.666

FONTE – USDA.
[1] Preliminar.
[2] Previsão.

QUADRO 02 – CONSUMO MUNDIAL DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE AVES – 1975–79 (MÉDIA) E 1980–84
(em 1.000 t)

TIPO	Média 1975–79	1980	1981	1982	1983[1]	1984[2]
Bovina	40.869	39.721	39.660	39.748	39.512	39.703
Suína	32.760	36.760	36.464	36.020	36.736	36.645
Aves	17.499	21.088	22.026	22.550	23.019	23.383

FONTE – USDA.
[1] Preliminar.
[2] Previsão.

QUADRO 03 – EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE AVES – 1975 –84 (em 1.000 t)

PERÍODO	BOVINA	SUÍNA	AVES
1975–79	3.467	1.427	869
1980	3.308	1.141	1.310
1981	3.407	1.272	1.486
1982	3.520	1.108	1.365
1983[1]	3.466	1.309	1.367
1984[2]	3.683	1.310	1.305

FONTE – USDA.
[1] Preliminar.
[2] Previsão.
Nota – Desconsideraram-se as cifras relativas ao comércio intra–CEE.

No plano internacional, somente as vendas de carne bovina poderão registrar certo crescimento, incentivadas pela queda dos preços, com a redução da demanda nos últimos anos. É oportuno observar que o pior desempenho ficará por conta da carne de aves, cujas exportações deverão ser 4,5% inferiores às de 1983.

A recessão que afeta a economia mundial pode ser considerada a causa primária da reversão da tendência do comércio internacional de carnes, uma vez que é a origem das inúmeras medidas protecionistas tomadas nos países desenvolvidos. No caso da carne avícola, deve ser acrescentado o crescimento da produção interna, visando à auto-suficiência de países tradicionais compradores, como os do Oriente Médio.

Características dos principais exportadores

Conforme os dados do **USDA**, a maior parcela do comércio mundial de carne de aves concentra-se dentro da **Comunidade Econômica Européia.** Este bloco de países, entre 1980 e 1983, responsabilizou-se por 47% das exportações mundiais, vindo em seguida os **EUA** e o **Brasil.** Caso não se considere o comércio intra-**CEE**, a **União Soviética** é o maior importador isolado. Na **Comunidade Econômica Européia**, o maior país vendedor é a **França** que, em 1983, responsabilizou-se por 48% do total ofertado na **Comunidade.**

A produção francesa de carne de aves cresceu 24% entre 1979 e 1983, ao mesmo tempo em que seu consumo se expandia apenas 9,5%. Isto gerou uma pressão exportadora que só pode ser mantida às custas de subsídios diretos à venda de frangos congelados, uma vez que os custos de produção de aves dentro da **CEE** são inflados pela política de preço-suporte dos cereais, sustentada pela **Comunidade.** De acordo com o Gráfico 01, os gastos da **CEE** com subsídios à exportação de frangos congelados, no ano passado, apresentaram um crescimento de 230%, comparativamente ao total despendido em 1978.

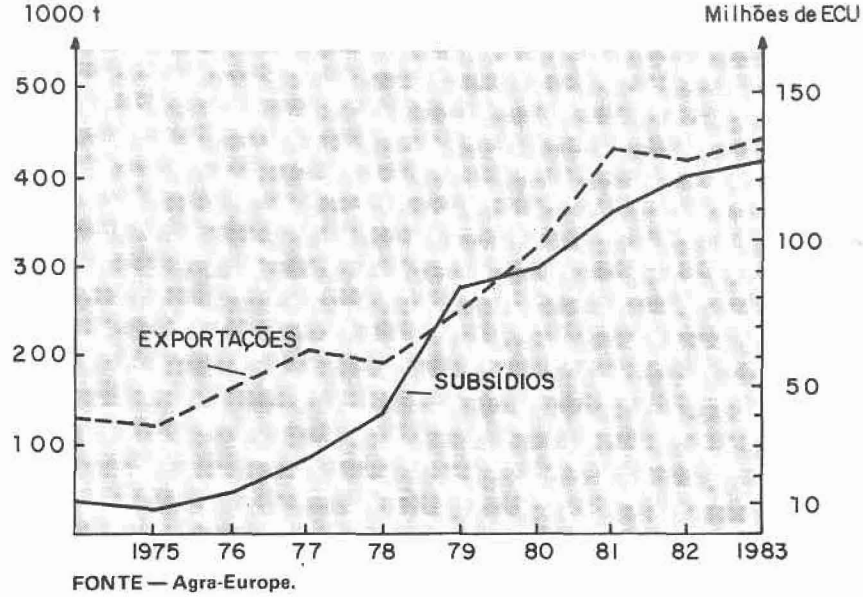
Apesar das críticas ao nível elevado de subsídio às exportações de carne avícola, a modificação desta situação é difícil, devido ao peso que o segmento avícola atualmente possui, tanto no **produto** da agropecuária, como nas exportações agrícolas francesas.

Os subsídios, que são periodicamente revistos pelas autoridades da **CEE**, garantem ao produto europeu uma considerável vantagem comparativa, conforme apontado no Quadro 04. No entanto, por força da situação delicada em que se encontra a economia do continente, este subsídio vem-se reduzindo, muito embora o governo da **França** promova um apoio isolado, dentro da **Comunidade**, aos exportadores de carne avícola.

O acirramento da concorrência internacional tem levado os exportadores a diversificarem seus merca-

CEE – CARNES DE AVES – EXPORTAÇÕES ANUAIS (em mil t) E SUBSÍDIOS (em milhões de ECU) – 1975 a 1983

GRÁFICO 01



FONTE — Agra-Europe.

dos, razão pela qual vêm aumentando substancialmente as vendas à **URSS**, cujo déficit desta carne beirou as 260 mil t, em 1983, e deverá repetir-se no presente ano, conseqüência do atual desinteresse soviético em incentivar a criação avícola, devido ao caráter prioritário de outros segmentos produtivos, na planificação governamental. A **França** tem-se esforçado tenazmente para recuperar aquele mercado, perdido parcialmente em 1982, sem contudo igualar as 43 mil t vendidas aos soviéticos em 1981. A forte concorrência exercida pelo **Brasil**, na área do **Oriente Médio**, faz com que os exportadores franceses busquem um mercado mais seguro que os poupe de conviver com instabilidade acentuada de preços, como aquela registrada nas vendas à **Arábia Saudita**, em 1982 e 1983 (ver Gráfico 02).

Os **Estados Unidos da América**, atualmente responsáveis por 31% da produção mundial de carne avícola, apresentam uma participação incipiente no mercado internacional. Isto se deve não só ao fato de a sua demanda interna situar-se em níveis muito próximos ao da oferta como, também, a sua própria característica de comercialização: o país costuma vender, especialmente, partes de frango, sendo pouco agressivo nos mercados adquirentes da ave inteira. Uma vez que o preço das partes é superior ao da ave inteira, torna-se limitado o leque de países capazes de adquirir a mercadoria norte-americana. A título de exemplo, em 1983, os **EUA** registraram a entrada de US$ 219,9 milhões, provenientes da venda de 203.403 t de carne de aves, com um preço médio da ordem de US$ 1.081/t(*). Os maiores mercados importadores do produto norte-

(*) O Brasil e a França, tendo vendido, juntos, 634.049 t de carne, obtiveram um preço médio aproximado de US$ 860/t.

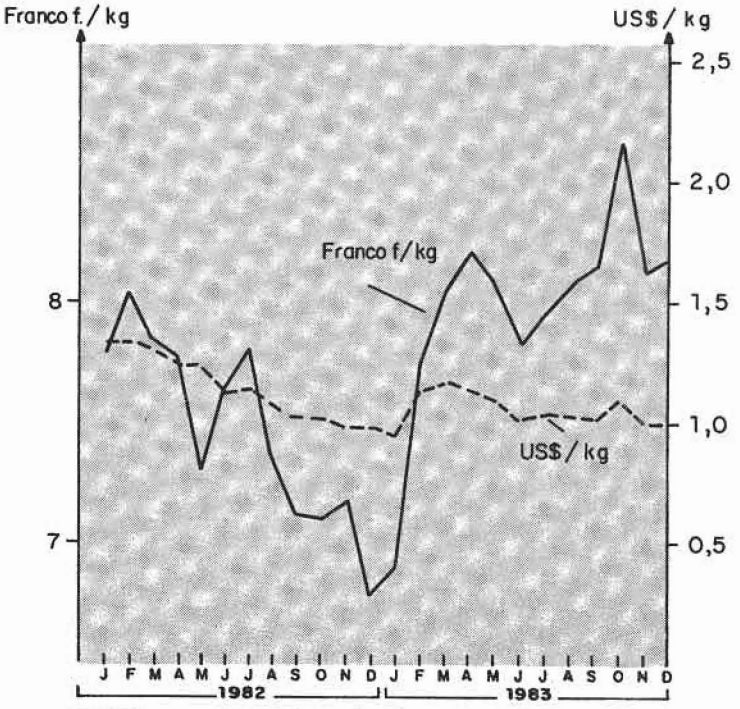
QUADRO 04 – COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA – SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES DESTINADA A PAÍSES QUE NÃO OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(em ECU[1]/100 kg)

ESPECIFICAÇÃO	01/08/82	01/11/82	01/11/83	17/02/84
Aves inteiras				
Galinhas e frangos	19,00	20,50	18,00	16,00
Patos	19,00	20,50	22,00	21,00
Perus	14,00	15,00	14,00	13,00
Cortes com osso				
Metades ou 1/4 de galinhas e frangos	21,00	22,00	19,00	17,00
De perus	16,00	16,00	15,00	14,00
Aves inteiras	15,00	15,00	13,00	11,00
Peitos e corte de peitos de peru	22,00	24,00	23,00	21,00
Peitos e corte de peitos de outras aves	28,00	28,00	24,00	22,00
Coxas e cortes de coxas de perus, pernas e cortes de pernas	11,00	12,00	12,00	10,00
Outras partes	19,00	21,00	21,00	19,00
Partes de outras aves	26,00	26,00	23,00	21,00

FONTE – USDA.
[1] 1 ECU = US$ 0,86 em 01/11/83.

FRANÇA – EVOLUÇÃO DO PREÇO MENSAL DO FRANGO CONGELADO DESTINADO À ARÁBIA SAUDITA — 1982 e 1983
(Franco francês / kg e US$ / kg)

GRÁFICO 02



FONTE - Centro Francês de Comércio Exterior

americano situam-se no **Oriente**, sobressaindo-se, especialmente, o **Japão**, **Cingapura** e **Hong Kong**, países que absorveram 56% das vendas norte-americanas em 1983. No entanto, a primazia do produto dos **EUA** naquela região vem sendo ameaçada pela entrada de partes de frango originárias do **Brasil**, cujos exportadores viram nesta estratégia mercadológica uma solução para os prejuízos sofridos nos últimos anos, com a venda de frangos inteiros. Uma vez que não há regulamentação neste comércio, a disputa dos mercados é intensa, desconsiderando-se até eventuais acordos entre os vendedores. De janeiro a março deste ano, as exportações norte-americanas de frangos foram 21% menores do que em igual período de 1983, sendo que a queda registrada nas vendas ao **Japão** (maior comprador isolado) foi de 35%. Esta queda é explicada não só pelo surto de **influenza** aviária sofrido pelo plantel dos **EUA**, no final do ano passado, como também pelo fato de a recuperação da economia norte-americana ter coincidido com o encarecimento das rações.

Para 1984, o **USDA** estima que as vendas norte-americanas de partes de frango apresente queda, ainda que marginal, comparativamente às do ano passado, enquanto as vendas de animais inteiros deverão situar-se em nível quase 30% inferior às de 1983, devido à maior concorrência e ao fortalecimento do dólar frente às demais moedas.

QUADRO 05 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CARNE DE AVES, EXPORTAÇÃO DE FRANGOS CONGELADOS E CONSUMO INTERNO 1970–84

ANO	PRODUÇÃO (em 1.000 t)	EXPORTAÇÃO (em t)	CONSUMO INTERNO	
			Total (em t)	Per capita (em kg/hab)
1970	217	–	217.000	2,3
1971	224	–	224.000	2,3
1972	294	–	294.000	3,0
1973	401	–	401.000	4,0
1974	484	–	484.000	4,7
1975	519	3.469	515.531	4,9
1976	604	19.636	584.364	5,4
1977	698	32.829	665.171	6,0
1978	858	50.805	807.195	7,1
1979	1.096	81.096	1.014.904	8,7
1980	1.306	168.713	1.137.287	9,5
1981	1.490	293.933	1.196.067	9,8
1982	1.604	301.793	1.302.207	10,4
1983	1.584	289.301	1.294.699	10,1
1984[1]	1.440	280.000	1.160.000	9,0

FONTE – Abef, IBGE e FGV/IBRE/CEA.
[1] Previsão.

A situação do Brasil

Terceiro maior produtor mundial de carne de aves, o **Brasil** é, atualmente, responsável por 7% do total ofertado no mercado internacional, o que representa o dobro da sua participação no período 1973–77.

A partir de 1970, quando a avicultura passou a experimentar um forte crescimento, paulatinamente deixou de lado suas características rústicas, tornando-se uma exploração agroindustrial voltada para a constante melhoria do produto final, mediante a utilização de linhagens de alta produtividade e a evolução qualitativa e quantitativa da produção de rações.

Durante os cinco primeiros anos da década, a produção brasileira de carne avícola apresentou um avanço da ordem de 139% (ver Quadro 05). Este acelerado crescimento suscitou, junto aos produtores e ao governo, o interesse em fomentar as exportações de frangos congelados, visando não só ao aumento da receita de divisas mas, também, a evitar a deterioração dos preços internos, com a abertura de novos mercados. O afloramento desse interesse, tendo-se dado em 1973, coincidiu com o aumento de 40% registrado na cotação média da carne de ave exportada no mercado mundial (ver Quadro 06). Paralelamente, a **França**, cuja posição como vendedora era instável até fins da década de 60, registrou, em 1970, um aumento de 76% nas vendas(**) (ver Quadro 07). No início da década de 70, o preço da tonelada de carne avícola exportada por aquele país aumentou de modo acentuado, atingindo US$ 1.314/t, em 1973, mais do que o dobro do preço médio registrado três anos antes.

As primeiras exportações brasileiras datam de 1975 e foram realizadas de forma tímida, devido à inexistência de tradição nesse mercado e a uma série de dificuldades, principalmente quanto à estrutura deficiente do transporte marítimo (ver Quadro 08). O preço da tonelada, por esse moti-

(**) **Ressalte-se que os números relativos a este país englobam venda intra e extra–CEE.**

vo, foi quase 17% inferior ao da média mundial, defasagem que, apesar de minimizada nos últimos anos, sempre caracterizou as vendas brasileiras. A menor receita relativa de divisas é explicada por dois motivos: o primeiro refere-se à necessidade de consolidação da posição num mercado em que, por falta de regulamentação, ocorrem verdadeiras **guerras de preços**, de vez que o leque de países importadores desta carne branca é relativamente restrito; e, em segundo lugar, é necessário ressaltar que o comércio internacional de carne de aves, conforme referência anterior, inclui também os frangos inteiros e as partes. Estas últimas, em razão dos seus preços mais elevados, **empurram** a média para cima. Desse modo, a incipiente participação brasileira no mercado de partes de aves contribuiu também para o diferencial de preços.

QUADRO 06 – EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE DE AVES 1968–82

ANO	QUANTIDADE (em t)	VALOR (em US$ 1.000)	PREÇO MÉDIO (US$/t)
1968	422.277	271.379	643
1969	428.232	291.047	680
1970	501.776	337.414	672
1971	575.266	384.901	669
1972	580.815	437.858	754
1973	596.700	631.767	1.059
1974	663.423	687.019	1.036
1975	685.271	780.867	1.140
1976	815.445	972.957	1.193
1977	950.268	1.176.983	1.238
1978	1.003.899	1.355.269	1.350
1979	1.173.086	1.649.631	1.406
1980	1.451.760	2.128.704	1.466
1981	1.823.797	2.518.248	1.381
1982	1.730.338	2.071.735	1.197

FONTE – FAO.

Década de 80

Com a rápida conquista de posições no mercado mundial, as exportações brasileiras de frangos já totalizavam, em 1980, quase 50 vezes mais do que o total vendido cinco anos antes, representando 13% da produção brasileira. Para esta evolução, o auxílio governamental aos exportadores de aves foi decisivo. Este auxílio, antes de se traduzir em subsídios diretos (a exemplo da **França**), foi dado através da inclusão do item frango congelado na **Resolução 674** de 22/01/81, do **Banco Central do Brasil**, que determinava que as empresas exportadoras poderiam tomar, a juros de 40% a.a., o equivalente, em cruzeiros, a 40% da receita em dólares apurada com as vendas no ano civil imediatamente anterior. Posteriormente, este último percentual foi diminuído para 22%, de modo a compensar a maxidesvalorização do cruzeiro, da ordem de 30%, ocorrida em fevereiro de 1983.

QUADRO 07 – FRANÇA – EXPORTAÇÕES DE CARNE DE AVES 1968–82

ANO	QUANTIDADE (em t)	VALOR (em US$ 1.000)	PREÇO MÉDIO (US$/t)
1968	17.989	11.554	642
1969	15.984	11.032	690
1970	28.093	17.842	635
1971	32.371	20.932	647
1972	42.162	34.133	809
1973	52.688	69.206	1.314
1974	69.643	77.732	1.116
1975	82.115	105.761	1.288
1976	84.647	113.487	1.341
1977	103.364	137.101	1.326
1978	126.834	168.027	1.325
1979	174.014	247.636	1.423
1980	237.770	380.250	1.599
1981	333.281	478.369	1.435
1982	345.004	402.545	1.167

FONTE – FAO.
Nota – Inclui o comércio intra–CEE.

Em dezembro de 1983, as **Resoluções** 882 e 884, do **Banco Central do Brasil,** determinaram que as amortizações dos financiamentos das vendas de carne avícola seriam feitas à base da variação nominal das **ORTN's,** mais 3% de juros a.a. Estabeleceu-se, assim, o fim do subsídio ao crédito aos exportadores de carne avícola no roldão das medidas de combate ao déficit público, recomendadas pelo **FMI** ao governo brasileiro.

A implementação dessas decisões coincidiu com a queda do preço médio de frangos congelados no mercado internacional, conforme demonstra o Quadro 08. Em 1981, o produto brasileiro foi vendido por um preço médio quase 2% menor do que o do ano anterior, queda que se acentuou nos dois anos seguintes, alcançando 26% no biênio 1982–83. De fato, a partir do segundo ano da atual década, registraram-se algumas modificações no comércio mundial de carne de frangos. De um lado, a produção dos países exportadores mantinha-se crescente, apesar da deterioração do poder de compra de sua população, subproduto da crise econômica mundial, fazendo aumentar o excedente exportável. De outro, os países compradores do **Oriente Médio** ressentiam-se da interrupção do movimento altista do preço do petróleo, no período, que lhes diminuiu sensivelmente o afluxo de petrodólares. Em 1982 e 1983, por exemplo, os preços médios do óleo cru, do tipo leve, cotado em **Rotterdam,** foram de 70% e 15%, respectivamente, inferiores à média de 1981. Em conseqüência, estes países passaram a investir na produção interna, buscando a auto-suficiência em determinados produtos considerados essenciais, como a carne avícola.

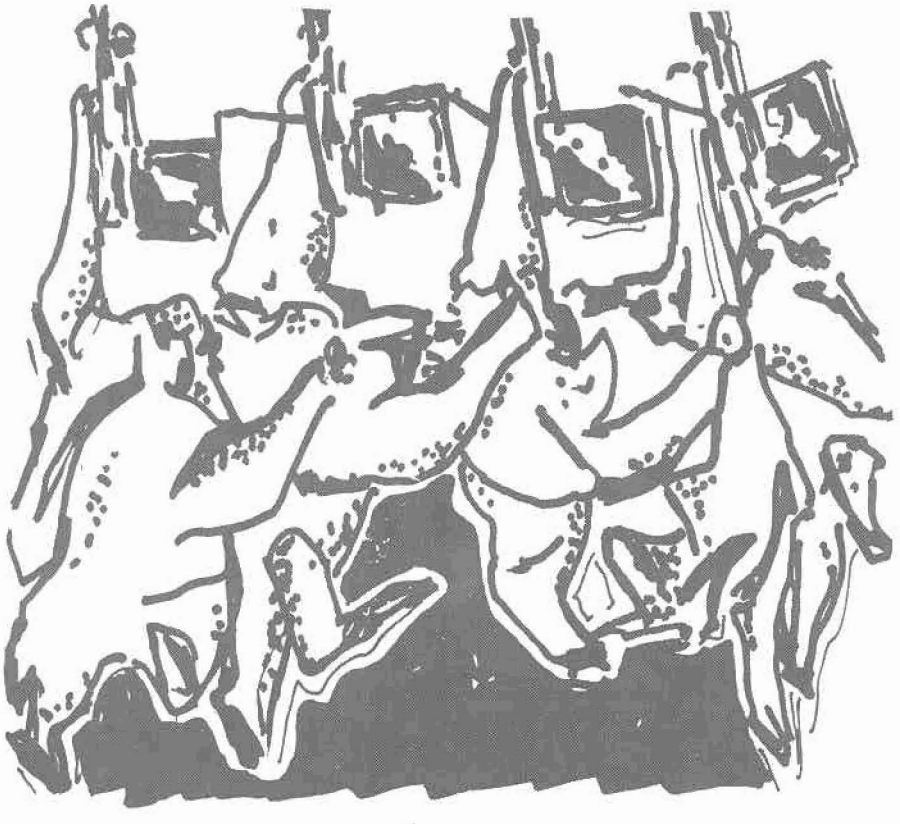
A **Arábia Saudita,** que, em 1980, responsabilizava-se por quase 20% das importações mundiais, vem buscando aumentar a produção interna, a qual, no ano passado, cobriu 43% da sua demanda, percentual que deve subir para 72%, no corrente ano.

QUADRO 08 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE FRANGO CONGELADO 1975–84

ANO	QUANTIDADE (em t)	VALOR (em US$ 1.000)	PREÇO MÉDIO (em US$/t)
1975	3.469	3.289	948
1976	19.636	19.565	996
1977	32.829	31.572	962
1978	50.805	46.872	923
1979	81.096	81.148	1.001
1980	168.713	206.690	1.225
1981	293.933	354.291	1.205
1982	301.793	285.475	946
1983	289.301	242.212	837
1984[1]	280.000	270.000	1.037

FONTE – Abef.
[1] **Previsão.**

Seguindo a mesma linha, outros países, tanto do **Oriente Médio,** como do **Norte da África,** encontram-se engajados na busca da auto-suficiência na produção de alimentos proteínicos de origem animal. Afinal, a precária estabilidade dos preços internacionais do petróleo torna insustentável a manutenção da condição de importadores.





Recente estudo elaborado pelo **USDA** revela que, até fins do século, deverá diminuir a dependência de diversos países tradicionais importadores de carne, com especial destaque para a **Líbia** e a **Arábia Saudita** (ver Quadro 09). Sintomaticamente, o **Iraque** chegou até a anunciar que não importaria frangos congelados, em 1984. De acordo com o mesmo estudo, as importações líquidas desses países, em 1994, deverão aumentar em quase 13% comparativamente às de 1981, significando que os países exportadores poderão contar, ainda por algum tempo, com o **Oriente Médio** para a colocação de seu produto.

Enquanto as vendas brasileiras, em 1983, apresentaram queda de 4%, relativamente às do ano anterior, as exportações francesas, de acordo com o **USDA**, cresceram 13%, uma vez que, tanto o **Oriente Médio**, quanto a **URSS**, aumentaram suas compras naquele país. Isto significou um esvaziamento dos estoques franceses, pois a produção local declinou 4% em relação à de 1982.

No corrente ano, o desempenho das vendas francesas de frangos congelados vem caindo, ao mesmo tempo que o aumento das vendas brasileiras de partes de frangos permite um certo otimismo quanto ao seu resultado final. As informações sobre a evolução das vendas mensais francesas de carne avícola, entre janeiro e agosto, indicam uma queda de 23%, sobre a quantidade exportada no mesmo período de 1983, enquanto as brasileiras acusaram decréscimo de 9,8%. Por outro lado, a expansão da produção de 3,4%, prevista pelo **USDA**, está ameaçada pelos maus indicadores observados na economia francesa no corrente ano.

QUADRO 09 – ÁFRICA SETENTRIONAL E ORIENTE MÉDIO – PRODUÇÃO (E NÍVEL DE SUFICIÊNCIA) E IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE CARNES[1] EM PAÍSES SELECIONADOS – 1981 E 1994[2]
(em 1.000 t)

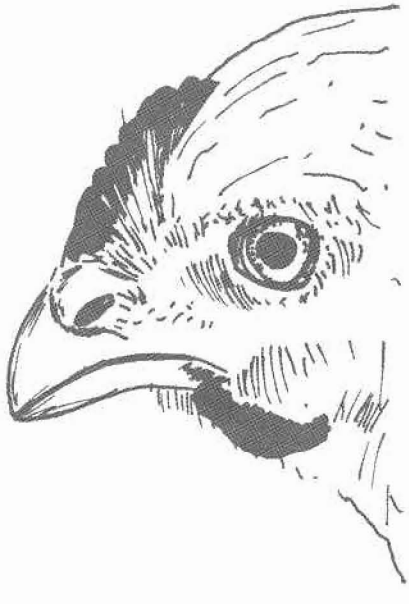
PAÍS	PRODUÇÃO (1.000 t)		IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS (1.000 t)		NÍVEL DE SUFICIÊNCIA (%)	
	1981	1994[2]	1981	1994[2]	1981	1994[2]
Egito	493	694	164	230	75	75
Marrocos	271	325	–	21	100	94
Tunísia	109	205	21	30	84	118
Argélia	145	244	22	23	87	91
Líbia	53	197	124	91	30	68
Irã	490	879	252	241	66	79
Iraque	180	323	229	323	44	50
Arábia Saudita	125	591	338	335	27	64
Síria	...	195	...	64	75	75
TOTAL	1.866[3]	3.653	1.150[3]	1.358	62[3]	74

FONTE – USDA.
[1] Carnes bovina, de frango e outras.
[2] Previsão.
[3] Excluindo a Síria.

Perspectivas futuras

Ao mesmo tempo em que os usuais compradores de carne avícola buscam a auto-suficiência, o consumo interno dos países exportadores vem declinando, devido à recessão econômica, a exemplo do que acontece no **Brasil**, há três anos. Em função desses dois fatores, a produção dos principais países tem diminuído, tendência que, no caso brasileiro, termina por alijar do mercado os criadores de menor porte, abrindo espaço às criações integradas.

O enfraquecimento gradual que vem sendo observado no comércio internacional de carne de aves se enquadra no contexto do comércio de carnes. No biênio 1982–83, houve pouca alteração no comércio internacional de carne de aves, mas segundo a **FAO**, as importações por parte dos países em desenvolvimento, em especial, acusaram queda de quase 4%. Este dado é muito significativo para os exportadores brasileiros, uma vez que a maior parte de seus clientes é composta de países do **Oriente Médio**.



QUADRO 10 – BRASIL – EXPORTAÇÃO MENSAL DE FRANGOS CONGELADOS E DE PARTES DE FRANGO – JANEIRO A AGOSTO DE 1984

MÊS	CARNE DE FRANGO[1]		PARTES DE FRANGO		
	Quantidade (A) (t)	Preço médio (US$/t FOB)	Quantidade (B) (t)	Preço médio (US$/t FOB)	B/A (%)
Janeiro	27.965	873	306	1.280	1
Fevereiro	16.611	900	1.892	1.380	11
Março	30.672	910	1.992	1.419	6
Abril	21.398	923	1.460	1.670	7
Maio	23.752	923	2.420	1.441	10
Junho	15.539	999	2.823	1.421	18
Julho	23.310	993	4.724	1.156	20
Agosto[2]	28.493	993	4.877	1.260	17

FONTES – Abef, Banco Central do Brasil e FGV/IBRE/CEA.
[1] Médias anuais do câmbio oficial para 1975–83; média do período janeiro–junho para 1984.
[2] Janeiro–junho.

Segundo o **USDA**, o aumento de 2% na produção mundial de carne de aves advirá de crescimentos localizados, especialmente os da **União Soviética** (3,8%) e dos países do **Oriente Médio** (8,6%), enquanto a oferta na **Europa** e nos **EUA** deverá crescer muito pouco. Aquele órgão prevê ainda que a produção permanecerá estagnada na **América do Sul**.

Neste contexto pouco animador, o **Brasil** tem, desde o final do ano passado, incrementado as vendas de partes de frango, cujo mercado encontra-se basicamente no **Extremo Oriente**, até então suprido, em sua maior parte, pelos **EUA**. À necessidade de se abrirem novos mercados para o produto brasileiro, aliou-se a maior lucratividade das vendas de partes de frango, que permitem uma relação preço recebido/custo do frete mais vantajosa, dado a seu preço unitário mais elevado do que o da ave inteira.

O Quadro 10 mostra como têm evoluído as vendas brasileiras de carne de frango durante 1984, especificando a participação das partes de frango. Observa-se que, de janeiro a agosto deste ano, o preço médio recebido pelas vendas de partes de frango, iniciadas em fins de 1983, foi 47% superior ao de aves inteiras, ao mesmo tempo em que aumentou, paulatinamente, sua participação sobre o total das vendas, passando, de apenas 1,1% em janeiro, para 17% em agosto. De janeiro a maio, as vendas brasileiras ao **Japão, Hong Kong, Itália** e **Suíça** (países que preferencialmente adquirem partes de frango) foram 49% superiores às vendas realizadas durante todo o ano passado. Esses mercados costumavam ser abastecidos pelo produto norte-americano, que cedeu espaço aos exportadores brasileiros e franceses. De acordo com o **USDA**, as exportações norte-americanas de carne de aves vêm seguindo uma tendência decrescente desde 1982, devendo o país vender, em 1984, 45% a menos do que há três anos.

QUADRO 11 – REGIÃO SUL – COMPARATIVO ENTRE O PREÇO DE EXPORTAÇÃO DA CARNE DE FRANGO, E O PREÇO MÉDIO DO FRANGO VIVO RECEBIDO PELO AVICULTOR – 1975–84

ANO	PREÇO DE EXPORTAÇÃO (US$/t)	TAXA DE CÂMBIO[1] (Cr$/US$)	PREÇO DE EXPORTAÇÃO (Cr$/kg) (A)	PREÇO INTERNO (Cr$/kg) (B)	A/B
1975	948,31	8,126	7,71	5,00	1,54
1976	996,37	10,67	10,63	7,64	1,39
1977	961,74	14,138	13,60	10,01	1,36
1978	922,58	18,063	16,66	14,24	1,17
1979	1.000,64	26,87	26,89	24,70	1,09
1980	1.225,10	52,699	64,56	43,16	1,50
1981	1.205,21	93,06	112,16	73,81	1,52
1982	949,61	179,39	170,35	128,05	1,33
1983	830,00	576,16	478,21	357,82	1,34
1984[2]	921,00	1.325,38	1.220,67	975,83	1,25

FONTES – Abef, Banco do Brasil e FGV/IBRE/CEA.

[1] Médias anuais do câmbio oficial para 1975–83; média no período janeiro–junho para 1984.

[2] Janeiro–junho.



Recentemente, foi revista a previsão, feita no final do ano passado, de que o comércio internacional de carne de aves se contrairia acentuadamente, em 1984, em função do problema sanitário havido no plantel norte-americano e da diminuição prevista nas ofertas brasileira e francesa. As últimas estimativas da **Associação Brasileira de Exportadores de Frango** dão conta de que o Brasil deverá exportar este ano 280 mil t de frangos congelados, faturando US$ 270 milhões, ou seja, 30 mil t a mais do que o inicialmente esperado, muito embora este total ainda seja 3,2% inferior ao vendido em 1983.

Para este resultado, têm contribuído a oferta interna de milho, estável até o momento, e a redução da oferta de aves terminadas, que reverteram a tendência de baixa na rentabilidade. No caso do estado de São Paulo, de janeiro a agosto de 1984, o preço relativo frango/ração, tendo alcançado 2,6, significou uma recuperação de 22% sobre a média do segundo semestre de 1983.

A maior renda auferida com as vendas de partes de frango trouxe novo alento aos exportadores brasileiros, mas ainda assim não há razões para otimismo exagerado, em todos os segmentos da atividade avícola. Isto porque, se o preço médio em cruzeiros recebido pelos exportadores do frango brasileiro, durante o primeiro semestre do corrente ano, apresentou melhoria sensível quando comparado aos preços recebidos pelo produtor na região Sul, ele ainda está longe do nível favorável registrado em 1980/81 (ver Quadro 11). Da mesma forma, o fato de o **Iraque** haver recentemente acertado a compra antecipada de 150 mil t de frangos congelados para entrega em 1985, no valor de US$ 180 milhões **FOB**, não desanuvia totalmente o horizonte dos exportadores, que prevêem, para o próximo ano, uma disputa ainda maior no mercado internacional.

PECUÁRIA DE LEITE

A COMLEI ELABORA O PROGRAMA DE ESTOCAGEM DE PRODUTOS LÁCTEOS PARA A ENTRESSAFRA DE 1985, A SER SUGERIDO AO GOVERNO FEDERAL. APESAR DE PRECARIAMENTE CUMPRIDO EM ANOS ANTERIORES, A SUA IMPLEMENTAÇÃO INTEGRAL CONSTITUIRÁ FORTE INCENTIVO À PRODUÇÃO E AOS LATICÍNIOS, ÁREAS CONEXAS QUE PASSAM, NO MOMENTO, POR UMA CRISE DE LIQUIDEZ.

Apesar dos protestos dos produtores brasileiros, na época em que estava sendo ultimada a doação de 50 mil t de leite em pó desnatado, por parte dos **Estados Unidos da América**, foram embarcadas e recebidas as primeiras 15 mil t. Até princípios de outubro, ainda não se havia iniciado sua distribuição, que, conforme o acordo estabelecido com os representantes dos pecuaristas nacionais, deverá circunscrever-se aos segmentos carentes da população do Nordeste e das periferias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A **Legião Brasileira de Assistência (LBA)**, o **Instituto Nacional de Alimentação (INAN)** e a **Fundação Nacional de Assistência ao Educando** são os principais órgãos que se incumbirão da tarefa, exercendo o papel de intermediários diretos da benemerência estrangeira.

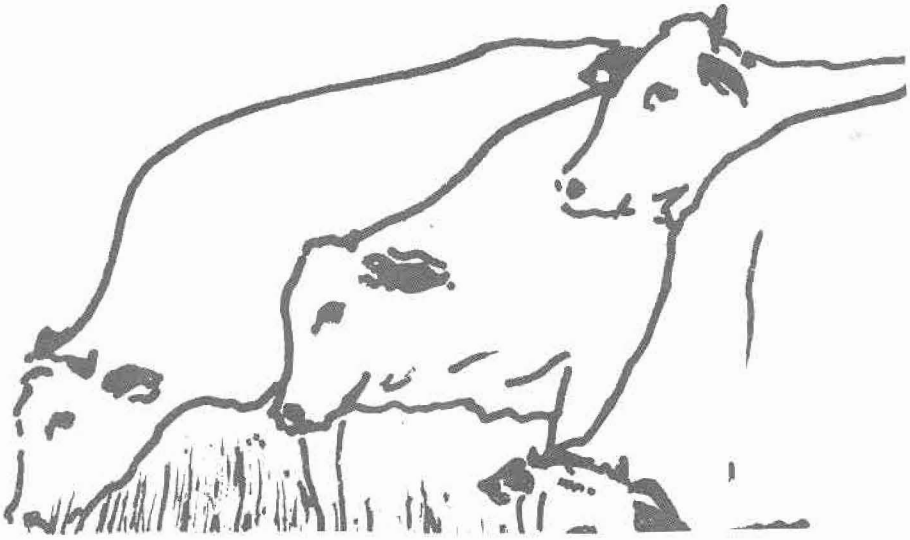
Por outro lado, a **Comissão Consultiva Permanente do Leite (Comlei)** iniciou os preparativos para estabelecer o programa de estocagem de produtos lácteos para a entressafra de 1985, a ser sugerido ao governo e que estará influenciado diretamente pela existência *a priori* de uma quantidade ponderável de leite em pó desnatado(*) (doado) e pelo fato de que, tanto a área de produção como a de industrialização, passam por crise aguda de liqüidez.

Nos últimos anos, as metas de estocagem não foram alcançadas, cabendo recordar que, de acordo com dados do **Ministério da Agricultura**, das 47 mil t de produtos lácteos que seriam estocadas para a entressafra de 1984, apenas 5.895 t (770 t de leite desnatado, 775 t de leite integral, 780 t de manteiga e 3.570 t de queijos) foram adquiridas pela **Cobal** ou financiadas às indústrias de leite em pó. No corrente ano, a verba de Cr$ 75 bilhões, anunciada pelo **Ministério da Agricultura**, deixou de ser aplicada na estocagem de produtos lácteos, mas deve ser consignado que os programas sociais que foram cumpridos, foram-nos mediante aquisição feita no mercado, o que não ocorrerá na próxima safra, em virtude da doação norte-americana.

No cerne da questão, deve-se destacar, ainda, que a utilização reduzida dos recursos disponíveis para o financiamento de estoques de produtos lácteos, por parte das empresas de laticínios, no corrente ano, deveu-se ao seu elevado custo financeiro, razão por que as empresas, de modo geral, optaram pela venda dos estoques aos programas sociais do governo, ao invés de preservá-los, via financiamento.

A **Comlei** encaminhará nos próximos dias, ao governo federal, a sua proposta de estocagem de produtos lácteos para o exercício de 1985, que, para ser bem-sucedido, terá de começar no mês de novembro, quando da retomada sazonal da produção leiteira. Em caráter preliminar, sabe-se que o volume de recursos financeiros necessários, segundo a proposta da **Comlei**, deverá situar-se na casa dos Cr$ 300 bilhões.

De acordo com os dados da **Pesquisa Mensal do Leite**, do **IBGE**, acusou-se um volume de 4,7 bilhões de litros nos primeiros sete meses de 1984,



(*) **O leite em pó, devido às maiores facilidades de armazenagem, constitui o item mais importante do programa.**

correspondendo a um aumento de 8,2% em relação ao de igual período do ano passado. Para muitos especialistas, tanto da área de produção como da de consumo, esse registro surpreende, uma vez que se imaginava tivesse ocorrido estagnação da produção ou mesmo alguma redução. O preço médio do leite Especial recebido pelo produtor, no primeiro semestre, de Cr$ 347,25/l (em cruzeiros de setembro de 1984), correspondeu a um decréscimo de 9,8% e de 10,7% em relação a iguais períodos de 1983 e 1982, respectivamente (ver Quadro 12). Se a comparação for estendida ao triênio 1979–81, a defasagem em detrimento do produtor aumenta fortemente, atingindo 24,2%, tendo em vista a média de preços (Cr$ 458,24/l) alcançada nas primeiras metades daqueles anos. O reajuste de preços de 37%, a partir de 26 de setembro deste ano, pouco repre-



QUADRO 12 – BRASIL – EVOLUÇÃO MENSAL DO PREÇO REAL[1] DO LEITE TIPO ESPECIAL NA REGIÃO CENTRO-SUL EM NÍVEL DO PRODUTOR – 1979–81, 1982, 1983 E 1984

MÊS	1979 – 81		1982		1983		1984	
	PREÇO MÉDIO (Cr$/l)	ÍNDICE (média do triênio = 100)	PREÇO (Cr$/l)	ÍNDICE	PREÇO (Cr$/l)	ÍNDICE	PREÇO (Cr$/l)	ÍNDICE
Janeiro	437,87	95	401,42	87	371,47	80	370,93	80
Fevereiro	423,29	92	375,51	81	348,74	75	330,43	71
Março	397,14	86	350,29	76	414,66	90	337,63	73
Abril	463,87	100	424,20	92	379,77	82	378,51	82
Maio	504,05	109	399,72	86	355,92	77	347,72	75
Junho	523,47	113	381,84	83	440,26	95	318,27	69
Julho	509,40	110	415,03	90	388,55	84	285,17	62
Agosto	478,28	103	392,28	85	352,90	76	324,10	70
Setembro	465,84	101	378,46	82	361,31	78	313,17	68
Outubro	451,70	98	361,16	78	374,27	81		
Novembro	445,77	96	358,29	78	356,59	77		
Dezembro	446,25	97	405,09	88	369,42	80		
MÉDIA	462,24	100	386,95	84	376,15	81	322,88[2]	70

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – Sunab.

[1] Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2, da FGV, para setembro de 1984.

[2] Média até setembro.

senta para o produtor, visto que o preço de Cr$ 404/l continuará bem abaixo da média dos meses de outubro do triênio 1979–81 (Cr$ 451,70/l). Além disso, diante do atual poder corrosivo da inflação, um reajuste de preço de um produto sob controle governamental significa cada vez mais um desafogo temporal mínimo para o produtor, mormente quando ele tem relevância nos índices inflacionários e, por isso, recebe correções mitigadas.

Contrapondo-se aos reajustes de preços do leite, que, no nível do produtor, ficaram 21% abaixo da variação inflacionária entre junho de 1983 e de 1984 (ver Quadro 13), os custos dos insumos aumentaram, em média, 280,6% no período (ver Quadro 13). Particularmente, os custos das rações aumentaram de modo mais acentuado (301,5%), tendo acarretado desequilíbrio na previsão de gastos dos pecuaristas nesta entressafra, visto que é a partir de junho (início da entressafra) que se intensifica, por redução da capacidade alimentar das pastagens, o uso de ração complementar ao gado.

A distribuição do leite (B + Especial) na grande São Paulo, segundo dados da **Sunab**, alcançou 316,7 milhões de litros, no primeiro semestre de 1984, representando um acréscimo de 7% sobre a verificada em 1983. É importante registrar, no entanto, que o aumento de consumo mais forte incidiu mesmo no leite Especial, que é o mais barato, e registrou um decréscimo do preço real médio de tabela de 6,6% para o consumidor, no primeiro semestre de 1984. A distribuição do leite Especial aumentou 24,07%, enquanto a de leite B, mais caro, caiu em proporção equivalente. Sabe-se, também, que a comercialização dos produtos lácteos mais sofisticados (iogurte, gelificados, docificados) está cada vez mais difícil, em razão da política salarial que corrói amplamente o poder de compra da população.

Em relação à indústria laticinista, contudo, deve ser registrado, ainda, que o ramo queijeiro vem registrando certa desativação, tendo **queimado** seus estoques por preços pouco lucrativos. Em conseqüência, grande proporção do leite, que normalmente seria transformada em queijos, está sendo encaminhada ao mercado, sob a forma fluida.



QUADRO 13 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS DOS INSUMOS UTILIZADOS PELA PECUÁRIA LEITEIRA EM REGIÕES SELECIONADAS[1] – JUNHO DE 1983 E DE 1984

INSUMO	UNIDADE	PERÍODO		VARIAÇÃO (%)
		jun/83 (1)	jun/84 (2)	2/1
Farelo de trigo	kg	33,47	146,17	336,72
Farelo de algodão	kg	54,87	184,75	236,70
Ração para vaca - 23% proteína	kg	69,73	253,31	263,27
Ração p/ bezerro - até 4 meses	kg	59,13	241,36	308,19
Ração para bezerro - mais de 4 meses	kg	70,42	325,72	362,54
Adubo 4-14-8	kg	79,50	314,86	296,05
Sal comum	kg	27,67	90,84	228,30
Sal mineral (Bayer)	kg	326,67	1.587,07	385,83
Pentabiótico	Fr. 5cc.	361,67	1.261,00	248,66
Antibiótico (Amplovet)	Fr. 1gr.	262,67	1.066,25	305,93
Vermífugo (Ripercol)	Fr. 250cc.	1.570,00	4.841,25	208,36
Óleo diesel	Litro	303,00	610,00	101,32
Gasolina	Litro	191,00	890,00	365,97

FONTE – Leitebê – nº 34 – Agosto de 1984.

[1] **Informações fornecidas pelas Cooperativas dos Produtores de Leite de Ribeirão Preto, Guaratinguetá, Vale do Paraíba e São José dos Campos.**

MANDIOCA

A INEXISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA DEFINIDA DE ESTÍMULOS AO PLANTIO E A TRADICIONAL PRECARIEDADE DO CULTIVO CONSTITUEM ENTRAVES À EXPANSÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA. APESAR DISSO, A CULTURA AINDA GUARDA ENORME POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO, EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE SEUS DERIVADOS, MUITOS DELES ALIMENTOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

O plantio da mandioca para fins alimentares era uma prática dos indígenas brasileiros, antes do Descobrimento. A tradição deste cultivo e sua capacidade de adaptação em todos os estados colocariam o país na posição de maior produtor mundial, com uma participação aproximada de 30% do total produzido em todo o mundo.

Entretanto, ao longo dos últimos anos, não se tem conseguido acompanhar a expansão da produção mundial. O Quadro 14 permite visualizar uma tendência de declínio da quantidade produzida de raiz de mandioca no período compreendido entre 1975 e 1984. Observa-se que esta tendência baseia-se na estagnação da área colhida e em um ligeiro decréscimo do rendimento agrícola. De fato, a instabilidade dos preços pagos aos produtores vem delineando um quadro desfavorável para a mandioca, na competição com outras culturas mais rentáveis. Simultaneamente, mostra-se contínuo o processo de substituição desta lavoura de subsistência por culturas ligadas aos segmentos exportador ou energético, notadamente a soja e a cana-de-açúcar. Acrescente-se a estes fatores algumas causas limitantes do aumento da produtividade, ou seja, condições climáticas e de solo adversas, sistemas de cultivo obsoletos e ainda ampla utilização de variedades não melhoradas, vulneráveis a agentes patógenos. A região Nordeste, a maior produtora de mandioca, além de sofrer o problema de má distribuição e insuficiência de chuvas, conserva a característica de uma prática rudimentar, vinculada à produção de subsistência ou voltada para uma pequena escala comercial de farinha de mesa. Nas regiões Sul e Sudeste, estes problemas são de menor monta. Em contrapartida, a incidência de **bacteriose** provoca grandes danos à lavoura.

Se a falta de uma política bem definida de estímulos ao plantio e as precariedades técnicas aqui apontadas vêm entravando a expansão da produção brasileira, é bem verdade que a tradicional cultura guarda enorme potencial de desenvolvimento, em função da grande quantidade de subprodutos dela provenientes. Presta-se, por exemplo, como matéria-prima de produtos alimentares humanos e animais, como a farinha de mesa, fécula e **pellets** e, também, para finalidades energéticas, como a produção de etanol. Ressalte-se aqui a importância da farinha de mesa como produto alimentar da população de baixa renda, sobretudo a rural. Devem-se destacar, também, as possibilidades de exportação da **raspa** e de **pellets** para a **Comunidade Econômica Européia,** importante mercado destes preparados forrageiros, embora as compras sejam quase que em sua totalidade advindas da **Tailândia.**

No que diz respeito à produção de álcool a partir da mandioca, os resultados, até o presente, mostraram-se discretos. Atualmente, existem cinco destilarias de álcool de mandioca em funcionamento, com uma capacidade nominal de produção de 340 mil litros/dia. Além destas, existe ainda a destilaria de Curvelo, em Minas Gerais, que se encontra paralisada. Duas outras destilarias, com capaci-

QUADRO 14 – BRASIL – PRODUÇÃO DE MANDIOCA – 1975–84

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO (t/ha)
1975	2.041.416	26.117.614	12,8
1976	2.093.638	25.443.053	12,1
1977	2.175.525	25.929.408	11,9
1978	2.148.707	25.459.408	11,8
1979	2.111.052	24.962.191	11,8
1980	2.015.857	23.465.649	11,6
1981	2.067.253	24.516.360	11,9
1982	2.122.335	24.072.320	11,3
1983	2.022.837	21.568.757	10,7
1984	–	20.676.515[1]	

FONTE – IBGE.
[1] Esperada.

dade total de produção prevista para 180 mil litros, deverão brevemente iniciar a produção.

Escassez de oferta da matéria-prima gera ociosidade na indústria

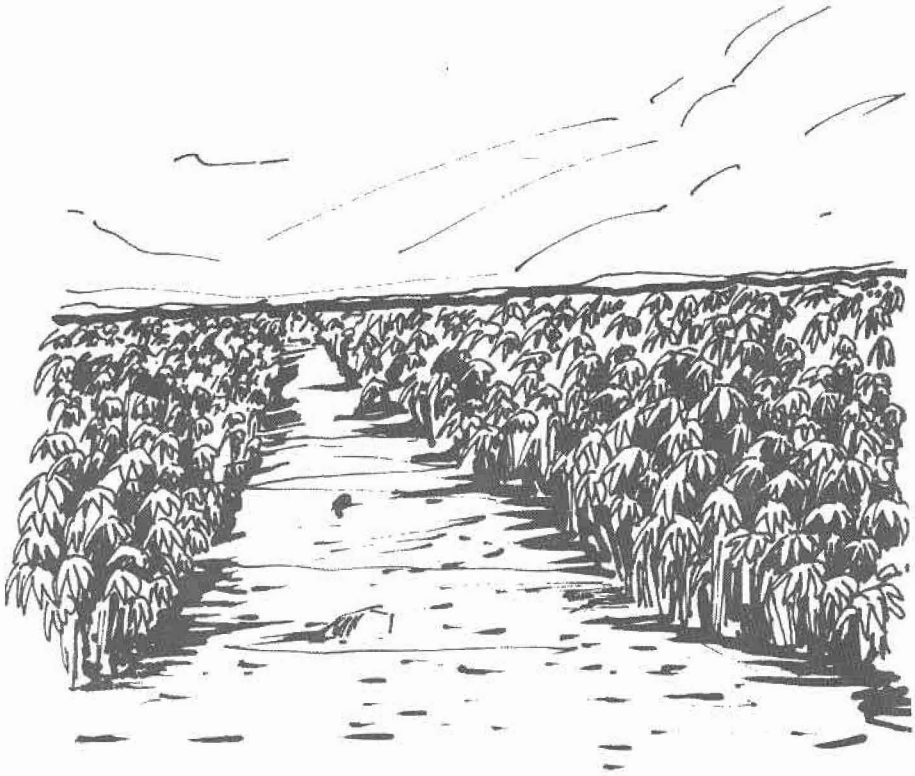
Este ano, a situação de escassez de mandioca chegou ao seu ponto mais crítico. No Nordeste, o longo período de seca vem sendo o principal responsável pelo decréscimo da produção. Ressalte-se, ainda, a falta de material de plantio, que foi desviado para a alimentação animal. No Sul, ao lado das perdas provocadas pelas inundações, ocorridas no ano passado, registrou-se um incremento da demanda, em função da escassez do milho, que foi substituído pela fécula de mandioca. Outrossim, também cresceram as exportações de farinha, do Sul para o Nordeste, neste período.

Contudo, o fator que mais contribuiu para o atual quadro de escassez foi a redução do plantio, motivada pelos baixos preços pagos aos produtores, nos últimos anos.

O efeito mais imediato desta situação foi a reversão da tendência dos preços da matéria-prima. Em São Paulo, nas regiões de Araras e Sorocabana, a tonelada da raiz está sendo cotada, respectivamente, em Cr$ 120 mil e Cr$ 100 mil.

A indústria de farinha enfrenta a alta do preço da matéria-prima, repassando-a para o consumidor. A de fécula, por sua vez, reduz suas atividades, não estando afastada a hipótese de que ocorra um processo de substituição da mandioca pelo amido de milho.

Com a elevação dos preços, o plantio tornou-se mais estimulante para os produtores. Nesta medida, a forte demanda pelo material de plantio vem provocando seu encarecimento e, em São Paulo, o metro cúbico da rama da mandioca vem sendo vendido a um preço que oscila entre Cr$ 20 mil e Cr$ 22 mil.



As perspectivas

A recuperação da produção poderá levar a uma nova queda dos preços. Neste caso, assistir-se-ia, novamente, à alternância de períodos de superávit de oferta e baixos preços com períodos de escassez e elevação das cotações do produto e de seus derivados. Para que isto não aconteça, torna-se necessário que o governo federal mantenha com firmeza os estímulos que concedeu à cultura no último ano. Observe-se que o preço mínimo de referência da mandioca, para a safra 1984/85, teve uma majoração de 270%, em relação ao da safra passada, fixando-se em Cr$ 51,8 mil/t. Considerando-se que o custo de produção está estimado em Cr$ 30 mil/t, o valor estabelecido pelo governo parece bastante razoável.

O processo de fortalecimento da demanda mostra-se igualmente necessário. Dependerá, em boa medida, do desempenho futuro da safra de milho e da continuidade da retirada do subsídio do trigo. A implantação de um maior número de destilarias que utilizassem a mandioca como matéria-prima para a produção de álcool seria outro importante fator para o fortalecimento da demanda.

Outra alternativa é a ampliação das exportações de **pellets**. Contudo, para que esta possibilidade possa ser viabilizada é preciso que baixe seu custo de produção. Vale lembrar que a **Tailândia** mantém o monopólio do mercado de **pellets** através de uma produção verticalizada, contando com reduzidos custos de mão-de-obra.

No caso brasileiro, a mandioca é, em sua quase totalidade, originária da pequena produção. Assim sendo, torna-se essencial que o governo federal assuma uma efetiva política de apoio aos produtores para que estes possam suportar melhor as flutuações do mercado.

SUCO CÍTRICO

AS ÚLTIMAS TRÊS GEADAS E O APARECIMENTO DO CANCRO CÍTRICO, NA FLÓRIDA, ESTÃO PROVOCANDO SÉRIOS DANOS AOS LARANJAIS NOS EUA. POR ESTE MOTIVO, A INDÚSTRIA DAQUELE PAÍS CONTINUARÁ IMPORTANDO GRANDE QUANTIDADE DE SUCO CONCENTRADO BRASILEIRO, CUJO ESCOAMENTO TOTAL ESTARÁ GARANTIDO POR MAIS TRÊS ANOS. POR OUTRO LADO, A VALORIZAÇÃO DO DÓLAR FRENTE ÀS MOEDAS EUROPÉIAS E O AUMENTO DOS PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL ESTÃO REDUZINDO AS VENDAS À EUROPA, TRADICIONAL IMPORTADOR.

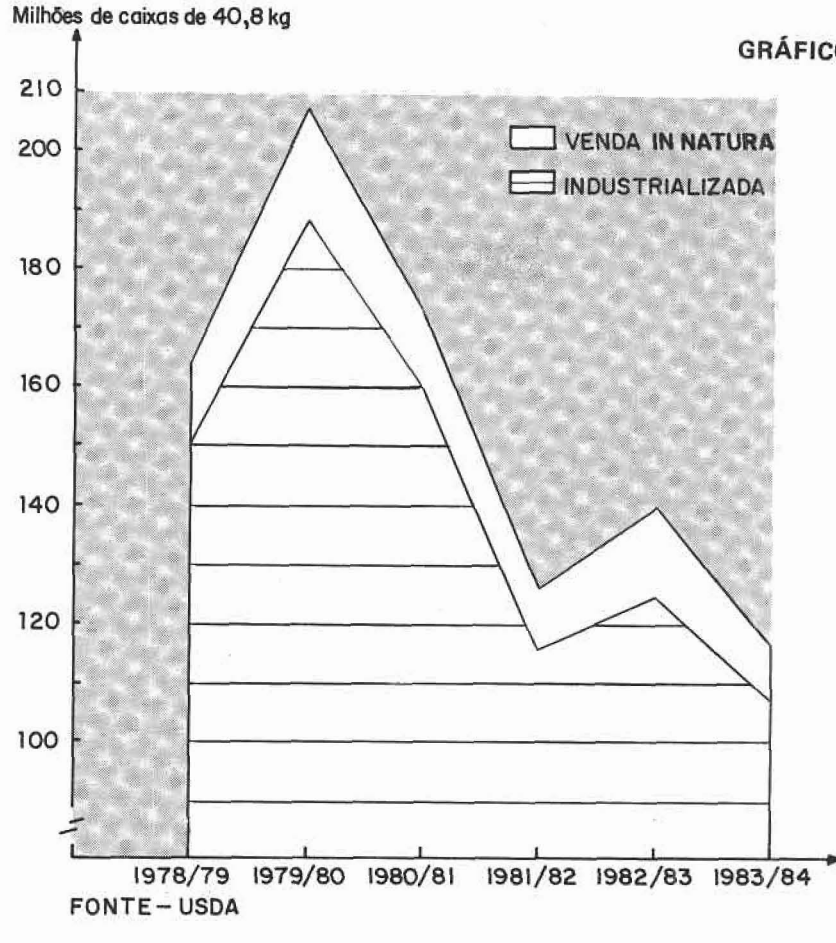
O mercado internacional de suco concentrado de laranja poderá passar por profundas modificações nos próximos anos, resultantes da esperada redução da oferta do produto norte-americano. A ação cumulativa das últimas três geadas nos **EUA**, associada ao aparecimento do cancro cítrico, detectado inicialmente em um importante viveiro de mudas e já descoberto em outras regiões de formação de novos pomares, talvez inviabilize a recuperação da produção de laranja da Flórida (ver Gráfico 03), praticamente o único estado fornecedor de matéria-prima para a indústria daquele país.

A necessidade de novos plantios para substituírem os laranjais erradicados em virtude dos danos causados pelo frio, constitui condição *sine qua non* para que a produção norte-americana de laranja consiga retornar aos níveis anteriormente obtidos, garantindo o suprimento ao importante complexo agroindustrial fabricante do concentrado. Uma vez que a renovação dos pomares está parcialmente comprometida, em razão do aparecimento do cancro cítrico, sua capacidade de recuperação irá depender basicamente do rendimento dos pomares já formados e do controle da expansão da bactéria do cancro para essas áreas. A única forma conhecida de combate à doença é a destruição completa das plantas infestadas, através da queima. Assim, mesmo que não ocorram outras geadas nos próximos dois ou três anos e que os pomares ora existentes apresentem uma produtividade elevada (o que pressupõe que o cancro cítrico não penetrará nessas áreas), a produção de laranja da Flórida (ver Gráfico 03) será insuficiente para abastecer a indústria de suco, que terá que recorrer a importações para complementar a oferta interna do produto.

O aumento ocorrido nos preços recebidos pelos citricultores norte-americanos em 1984 (ver Gráfico 04) deverá atuar como um fator de estímulo à expansão da área plantada, embora as três geadas tenham causado elevados prejuízos aos produtores. A primeira estimativa da sa-

LARANJA – DESTINO DA PRODUÇÃO NO ESTADO DA FLÓRIDA (EUA)
SAFRAS 1978/79 a 1983/84

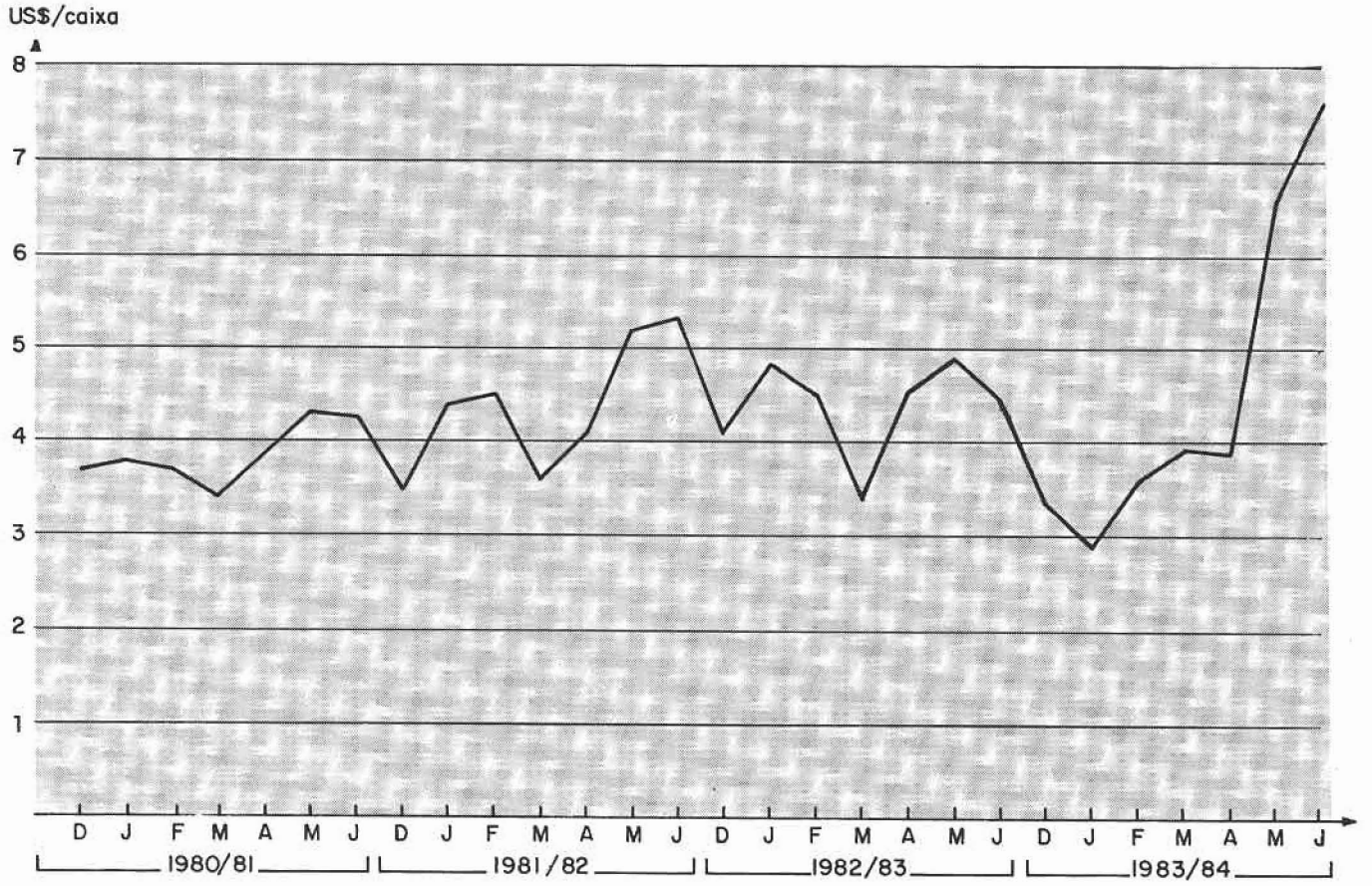
GRÁFICO 03



FONTE – USDA

EUA – PREÇOS PAGOS PELA INDÚSTRIA AOS PRODUTORES DE LARANJA NOS PRINCIPAIS MESES DE COMERCIALIZAÇÃO – SAFRAS 1980/81 a 1983/84

GRÁFICO 04



FONTE – USDA.

fra 1984/85, divulgada em meados de outubro, prevê uma produção de 119 milhões de caixas contra 116,7 milhões produzidas em 1983/84. O aumento da oferta de suco deverá ser, no entanto, de aproximadamente 17% (caso as atuais estimativas de produção e rendimento se confirmem), em virtude da elevação de 14% no rendimento industrial da fruta. A produção norte-americana de suco concentrado deverá, dessa forma, ficar próxima a 146 milhões de galões contra uma produção de 125 milhões estimada para 1984. As importações do produto continuarão elevadas, visto que o atual nível de estoques é bastante reduzido e o consumo não deverá declinar dos atuais 230 milhões de galões/ano.

No tocante ao mercado interno, a política seguida pelas indústrias, tem sido a de garantir uma oferta estável, propiciando um nível de preços ao consumidor compatível com a evolução dos demais preços da economia.

QUADRO 15 – FLÓRIDA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – SAFRAS 1980/81 A 1983/84
(milhões de galões a 42° Brix)

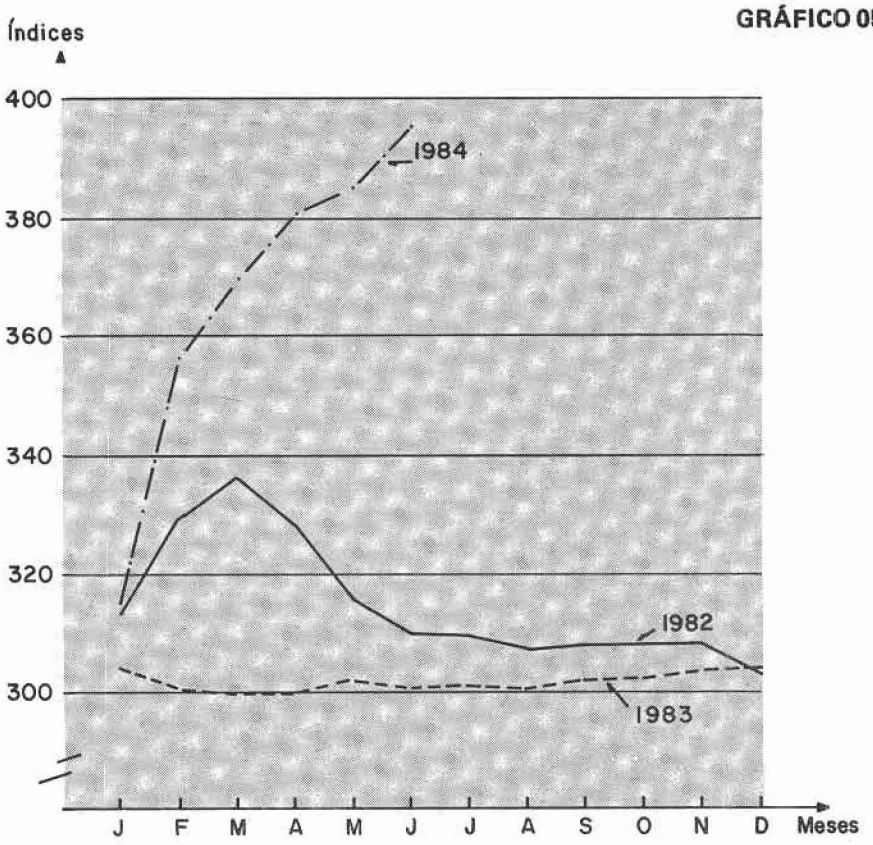
SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO[1]	OFERTA TOTAL	CONSUMO	ESTOQUE
1980/81	59,6	259,5	319,1	250,1	69,0
1981/82	69,0	214,9	283,9	230,3	53,6
1982/83	53,6	228,4	282,0	238,9	43,1
1983/84[2]	43,1	220,0	263,1	230	33,1

FONTE – USDA.
[1] Inclui importações.
[2] Estimativa. A produção de suco da Flórida em 1983/84 está estimada em 125 milhões de galões a 42° Brix contra 170 milhões em 1982/83.

No mercado interno, procura-se garantir uma oferta estável, com um nível de preços compatível com a atual situação da economia.

SUCO CONCENTRADO DE LARANJA — EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS DE VENDA AO CONSUMIDOR NOS EUA — 1982 a 1984 (1967 = 100)

GRÁFICO 05



FONTE — Foreign Agriculture Circular — USDA.

Vale lembrar que os preços de varejo do suco concentrado nos **EUA** cresceram cerca de 28% durante o primeiro semestre deste ano (ver Gráfico 05), o que provavelmente inviabilizará novas majorações, tendo em vista os elevados preços relativos do suco, dado que o índice de preços ao consumidor deverá crescer cerca de 5% em termos anuais. Curiosamente, esta elevação não afetou o consumo (ver Quadro 15), que se tem mantido no nível de 1983. Desse modo, a indústria norte-americana deverá continuar importando elevada quantidade, garantindo o pleno abastecimento do mercado e evitando a ocorrência de novas altas de preços. Em última análise, futuras altas poderiam, no médio prazo, reduzir a demanda do produto, verificando-se o aumento do consumo de sucos substitutos.

Os exportadores brasileiros poderão, assim, continuar escoando toda a produção do concentrado nos próximos três anos, a exemplo do que irá ocorrer no ano comercial 1984/85, quando, ao que tudo indica, a partir do primeiro trimestre de 1985, a disponibilidade de suco estará quase esgotada.

As exportações estarão, provavelmente, paralisadas durante o último período do ano comercial 1984/85 (abril—junho), a exemplo do que ocorreu este ano. As quotas de exportação liberadas pela **Cacex**, referentes a 1984/85 (último ano comercial que foi regido pelo sistema de quotas — Comunicado 34, da **Cacex**), já totalizam mais de 450 mil t. A quota do período janeiro—março está praticamente comercializada, restando até junho de 1985 apenas 150 mil t para serem negociadas (a quota de cada trimestre é de 150 mil t). O novo preço mínimo de exportação referente à quota de abril a junho não deverá apresentar variação significativa, em comparação com os US$ 1.800/t fixados para a quota do trimestre janeiro a março, já que o atual nível de preços equivale às cotações do suco na **Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque** (considerando-se os graus **Brix** de concentração equivalentes). Aliás, o atual preço de exportação parece indicar que, no próximo ano comercial,



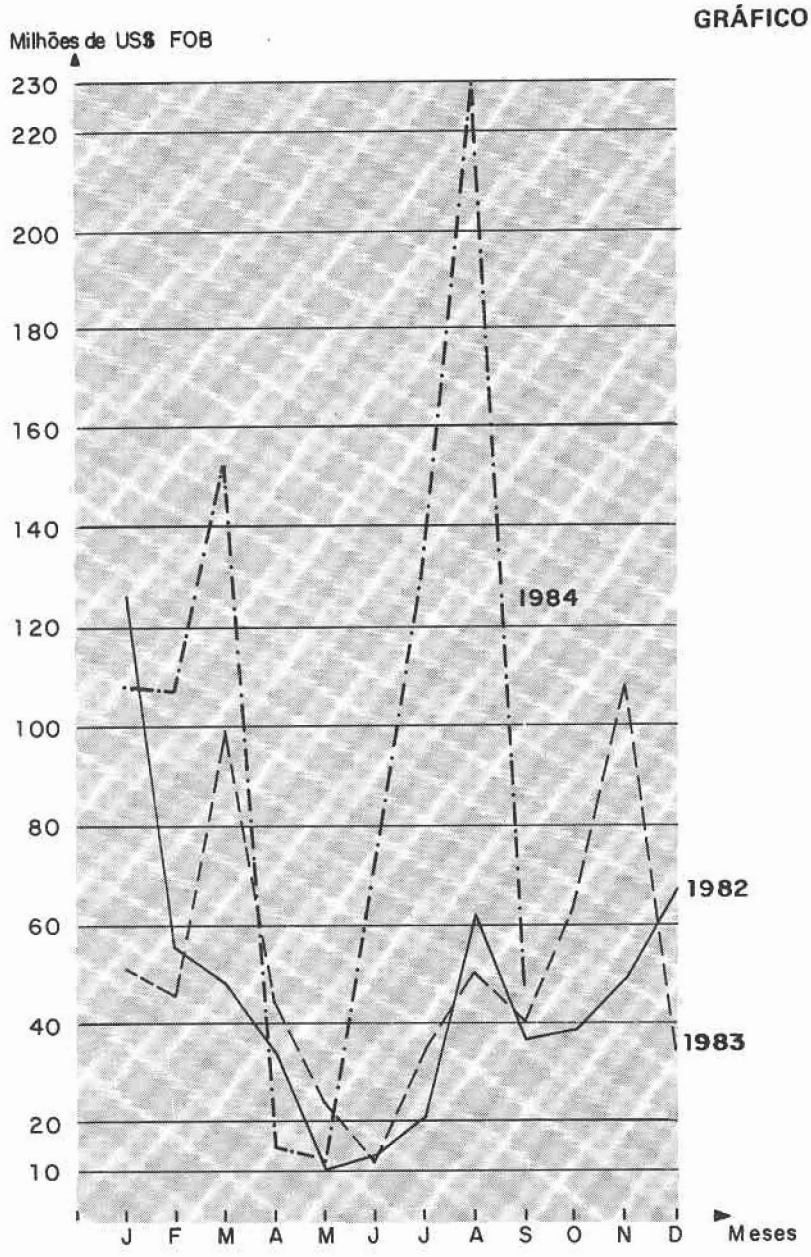
a se iniciar em julho de 1985, o crescimento dos preços ficará aquém do ocorrido em 1984/85, quando a primeira quota de exportação (julho a setembro) foi liberada ao preço de US$ 1.600/t, acumulando uma elevação, até março de 1985 (a última quota liberada), de cerca de 12,5%.

A contínua majoração do preço fixado pela **Cacex** poderá ter influência negativa sobre o consumo externo, notadamente nos países da Europa, face à valorização do dólar em relação às moedas do continente. Embora os **EUA** representem, atualmente, o principal mercado consumidor do suco brasileiro, a Europa vem sendo responsável, nos últimos anos, pela absorção de mais de 60% das exportações brasileiras, o que tem garantido o escoamento de parte significativa da produção em períodos em que o mercado norte-americano não se encontra tão favorável como no momento atual. A valorização do dólar no mercado internacional, desde o ano passado, associada à significativa elevação dos preços de exportação do Brasil, a partir de janeiro (aumento de 64% no período de janeiro de 1984 a março de 1985), já resultou em queda nas vendas destinadas à Europa, que, no entanto, não foi sentida, devido ao déficit no suprimento do mercado nos **EUA.**

A preservação da posição do produto brasileiro no mercado europeu constitui, entretanto, um fator importante, quando se considera o desenvolvimento da agroindústria da laranja no Brasil no médio e longo prazos, não sendo aconselhável que seja perdida, sequer parcialmente, por fatores meramente conjunturais.

SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – VALOR EXPORTADO MENSALMENTE PELO BRASIL — 1982 a 1984

GRÁFICO 06



FONTE – Cacex
NOTA – Os valores referentes ao período jul-set. são preliminares



Internamente, a situação atual da produção norte-americana trouxe significativas alterações à região da laranja em São Paulo, com entrada maciça de recursos desde o início do ano, quando a indústria começou a compra antecipada da safra que está sendo colhida.

Além disso, a safra 1985/86, cuja florada ainda não se completou, também já está sendo negociada antecipadamente, resultando na liquidação da última parcela, que seria paga aos produtores (Cr$ 1.500/caixa) somente em fins de janeiro próximo. A negociação da próxima safra irá garantir o pagamento dos US$ 1.500/caixa, mais a entrada referente à safra 1985/86, que está variando entre Cr$ 4 mil e Cr$ 6 mil por caixa, constituindo novo ingresso de recursos para a região. Parte significativa desse dinheiro está sendo aplicada nas próprias lavouras, refletindo-se em aumentos de produtividade, através da melhoria dos tratos culturais e da maior aplicação de insumos.

A expansão da produção, a partir da safra 1986/87, talvez venha a comprometer a rentabilidade da citricultura.

Outra parcela deve estar sendo investida na formação de novos pomares, em razão do elevado aumento de preços das mudas e das terras da região e de áreas vizinhas. O plantio de novos laranjais, cuja produção só se iniciará daqui a três anos, ou seja, a partir da safra 1986/87, indica uma expansão significativa da produção a partir daquela data, o que talvez venha a comprometer a rentabilidade da citricultura, dado o reduzido consumo interno de suco e a conseqüente dependência do mercado externo, como único canal de comercialização. Além disso, o aumento da oferta da fruta reduzirá ainda mais o já pequeno poder de discussão de preços dos citricultores frente à indústria, caso as condições de mercado não sejam tão favoráveis como as atuais e não se tenha viabilizado um meio alternativo de escoamento das safras. Devido ao nível de renda da população, parece pouco provável que, no curto e médio prazos, os consumos internos de laranja *in natura* e de suco se expandam a taxas suficientemente elevadas, que possam absorver os aumentos obtidos na produção. Por outro lado, a demanda externa também não tem apresentado significativa expansão nos últimos anos, o que faz retornar ao antigo problema da colocação do suco no mercado internacional, em períodos em que a safra norte-americana se encontra em níveis próximos ao considerado **normal.**

Dessa forma, nos próximos três ou quatro anos, praticamente se definirá o mercado internacional de suco na próxima década, quando a reordenação da produção poderá garantir ao Brasil o suprimento de quase todo o mercado mundial. As incógnitas que se apresentam no momento tornam impossível melhor previsão do que poderá ocorrer no médio prazo, podendo-se admitir que, pelo menos durante os dois próximos períodos (1985/86 e 1986/87), a indústria do suco faturará elevadas somas com as exportações. A receita do ano em curso deverá chegar a US$ 1 bilhão (ver Gráfico 06), representando aumento de 65% em comparação com 1983. A quantidade exportada deverá crescer bem menos, cerca de 30%, ficando próxima a 700 mil t.



Por um lapso, no nº 6, volume 8, de **Agroanalysis,** *na matéria referente à citricultura, transcreveu-se um esboço de mapa do estado de São Paulo com incorreções na localização de algumas* **Dira's.**

Na mesma edição (pág. 6, col. 3ª), afirmou-se que, nos laranjais paulistas, o **"declínio** *é devido à falta de tratos culturais e à reduzida aplicação de insumos no período". No entanto, conforme o engenheiro-agrônomo* **Luiz Octávio Teixeira Mendes,** *nada há de mais errado, pois se verdade fosse, não mais haveria* **declínio** *nos* **EUA** *e a moléstia ali permanece, ainda sem solução. É desconhecida a causa do* **declínio,** *que tanto pode ocorrer em laranjais bem ou mal tratados. "Interessante é que, em certos cultivos muito bem tratados, ela ocorre, sem razão aparente. Tudo indica ser doença causada por infecção, mas ainda não se isolou qualquer organismo, ou vírus, como também falharam todas as tentativas feitas para transmissão experimental, de planta doente para sadia. A tendência dos pesquisadores é acreditar que seja moléstia infecciosa e não fisiológica, mas até agora não detectaram nem o agente causador nem o vetor", conclui* **Teixeira Mendes.**

TRIGO

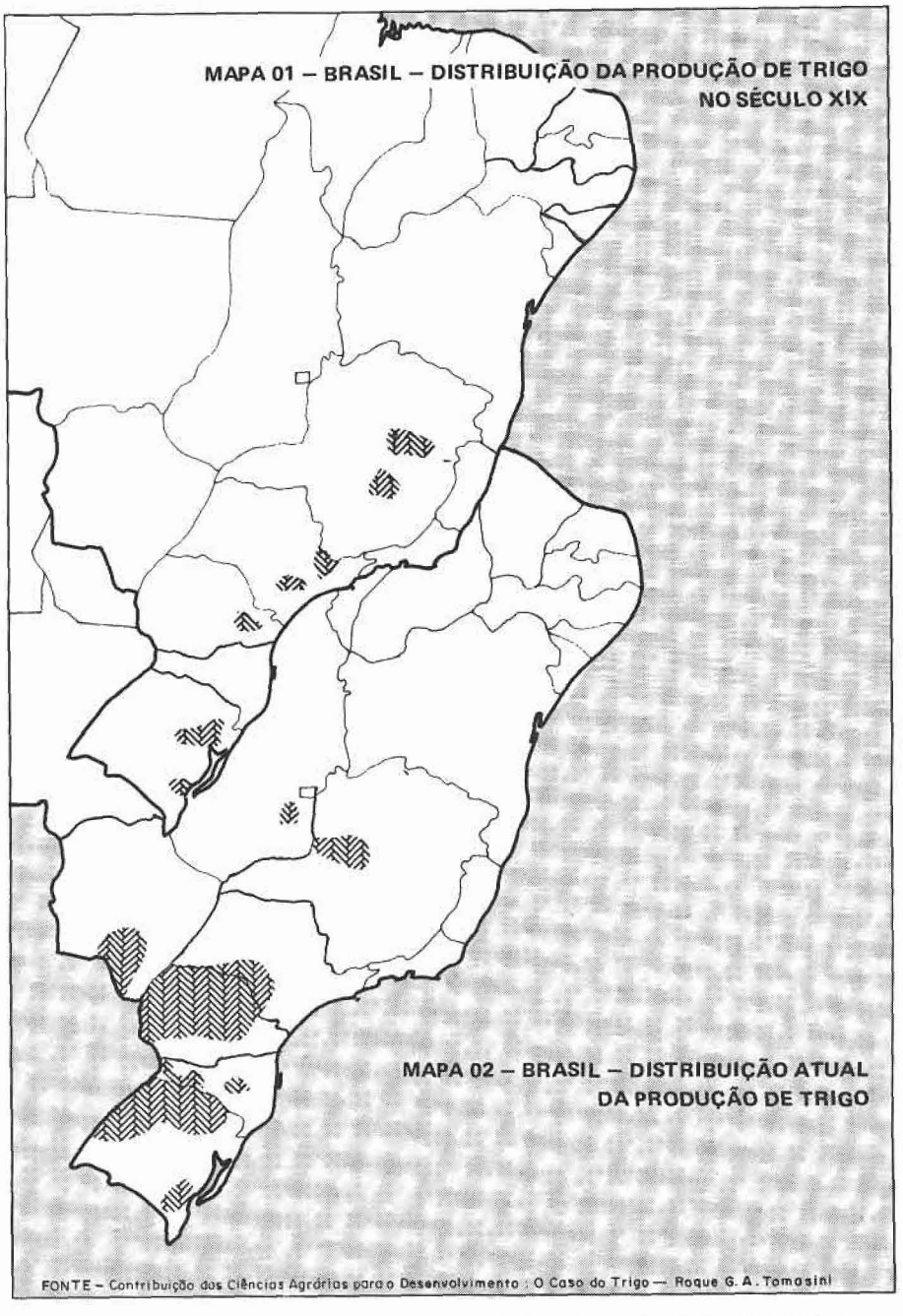
SEM CONTAR COM OS INCENTIVOS ANTES HABITUAIS, A PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL VEM DECLINANDO SENSIVELMENTE. ESTE ANO, DEVERÁ SER COLHIDA A MENOR SAFRA DO ÚLTIMO DECÊNIO. COM UMA DEMANDA INTERNA SEIS VEZES MAIOR DO QUE A PRODUÇÃO, HÁ GRANDE DEPENDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES. ASSIM, A REDUÇÃO DO CONSUMO E, CONSEQÜENTEMENTE, DAS COMPRAS NO EXTERIOR, DEPENDEM DA RETIRADA DO SUBSÍDIO, QUE NÃO MAIS DEVERÁ OCORRER EM 1984, POIS ACARRETARIA DRÁSTICA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS.

A cada nova primavera, costuma-se fazer um balanço da produção brasileira de trigo. Este ano, já se sabe que deverá ser colhida a menor safra dos últimos dez anos, pois a área semeada, ligeiramente inferior aos 2 milhões de ha, deverá produzir apenas 1,6 milhão de t, com um rendimento médio em torno de 800 kg/ha.

Não chega a ser um resultado surpreendente, pois delineou-se uma tendência de retração da área cultivada a partir de 1979, quando o trigo deixou de contar com os incentivos que vinha recebendo, em termos de crédito e preços.

Também a severa frustração da safra daquele ano suscitou inúmeras discussões a respeito da viabilidade da produção no Sul do país e induziu a um maior cuidado na escolha das áreas a serem semeadas. Mesmo assim, a partir de 1980, bons e maus resultados alternaram-se e, em 1983, a área plantada foi inferior aos 2 milhões de ha. Os Mapas 01 e 02 apresentam a distribuição espacial das lavouras de trigo, permitindo observar sua disseminação, por vezes em zonas consideradas inadequadas. As primeiras plantações localizavam-se bem próximas aos centros de consumo.

A produtividade média brasileira, de 1.190 kg/ha, alcançada na última safra, ao mesmo tempo em que o governo fixava um preço de aquisição considerado razoável (Cr$ 18 mil/saca de 60 kg, reajustados pela correção cambial de abril em diante), fez com que a área plantada apresentasse



MAPA 01 – BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE TRIGO NO SÉCULO XIX

MAPA 02 – BRASIL – DISTRIBUIÇÃO ATUAL DA PRODUÇÃO DE TRIGO

FONTE – Contribuição das Ciências Agrárias para o Desenvolvimento : O Caso do Trigo — Roque G. A. Tomasini

ligeira expansão em 1984. Contudo, tratando-se de lavoura extremamente vulnerável, a ocorrência de problemas climáticos ao longo do desenvolvimento da safra deve ser considerada normal. Este ano, como não poderia deixar de ser, houve uma forte seca no norte do Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, que reduziu as produtividades médias nesses estados (ver Quadro 16). Além disso, no final de agosto, ocorreram geadas no Sul, prejudicando as lavouras gaúchas e as da região Centro-Sul do Paraná. Aliás, no Norte Paranaense, a seca causou perdas semelhantes às que, no Centro-Sul do estado, foram provocadas pela geada. No Oeste, registraram-se altas produtividades.

QUADRO 16 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO – 1984

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (1.000 ha)	QUANTIDADE (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	704	575	817
Paraná	920	850	924
Mato Grosso do Sul	146	61	418
São Paulo	139	98	705
Santa Catarina	20	18	900
Minas Gerais	13	24	1.846
BRASIL	1.942	1.628	838

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, IBGE (agosto de 1984).

". . . a situação frente ao consumo torna-se cada vez mais problemática."

De qualquer forma, a produção ainda não está totalmente definida, pois depende do clima, em outubro e novembro, no Rio Grande do Sul.

A primavera gaúcha não pode ser quente e úmida, o que impedirá que a safra chegue a bom termo.

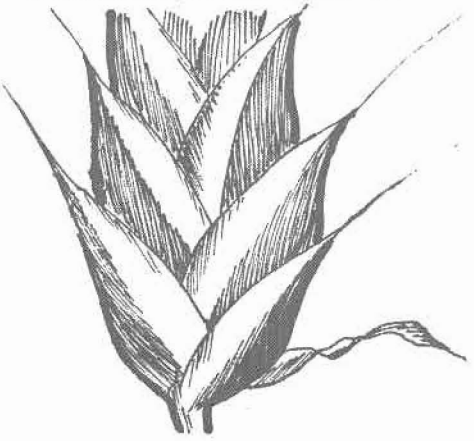
Se as grandes oscilações na produção de trigo podem ser consideradas **naturais**, a situação frente ao consumo torna-se cada vez mais problemática. Isto porque uma safra da ordem de 1,6 milhão de t deixa para o consumo industrial pouco mais de 1 milhão de t, frente a uma demanda estimada, de início, em 1984, em 5,8 milhões de t e, posteriormente, reajustada para 6,1 milhões de t.

A situação do próximo ano não deverá ser muito diversa, acarretando importações da ordem de 5 milhões de t, 11% acima da quantidade prevista para este ano.

A redução do consumo e, conseqüentemente, das importações, depende da retirada do subsídio. Anunciada inúmeras vezes, sua efetivação não deverá ocorrer ainda em 1984, pois isso representaria uma drástica elevação dos preços de venda aos moinhos e, é evidente, do pão e das massas.

Provavelmente, a meta de acabar com o subsídio deverá continuar a ser perseguida, mas, como se sabe, sua extinção total implicará não só num reajuste substancial dos preços num determinado momento, mas também em reajustes sistemáticos a cada nova desvalorização cambial, para impedir seu ressurgimento.

Ao que tudo indica, tem ficado cada vez mais claro que a retirada do subsídio é uma questão **política**, e não apenas uma ordenação de contas dentro do **Orçamento Monetário**.



A revista **Agroanalysis** *de julho deste ano teve como matéria de capa uma análise sobre os "Subsídios do Trigo", em que se afirma, na página 6, que "Alguns técnicos argumentam que a lavoura de trigo foi, de certa forma, responsável pela redução da oferta de gêneros alimentícios, conforme sugere* **Renato Zandonadi**, *em seu artigo* **O Caro Trigo Barato que o Brasileiro Consome**, *quando afirma que 'os produtores de arroz, milho, feijão e mandioca são os que mais se sentem prejudicados com a atual política do trigo; além de terem a sua renda reduzida, são também os que menos participam das vantagens de política de subsídio".*

*O autor em referência, no entanto, expressou sua discordância quanto à forma de inserção de seu texto naquela matéria, uma vez que, segundo ele, sempre se referiu ao "***subsídio que é destinado ao consumo do trigo**, *como sendo o responsável pela redução da demanda por produtos de consumo popular consumidos no país".*

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

A **Portaria nº 87,** de 28/09/84, da **Sunab,** revoga a de nº 78 (ver **Agroanalysis,** vol. 8, nº 9, setembro de 1984) e fixa novos preços para o açúcar refinado que, nos municípios das **Regiões Metropolitanas** do **Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória** e **Belo Horizonte** e nos municípios de **Vila Velha, Cariacica, Viana** e **Serra,** todos no Espírito Santo, passam a Cr$ 48.250/50 kg (preço-refinaria) e Cr$ 1.000/kg (consumidor). Nos municípios da **Região Metropolitana de Curitiba,** os preços serão de Cr$ 48.732/50 kg e Cr$ 1.010/kg e, nos municípios da **Região Metropolitana do Recife,** Cr$ 55.390/50 kg e Cr$ 1.160/kg respectivamente (**Diário Oficial** de 02/01/84).

O **Ato nº 66/84,** de 02/10/84, do **IAA,** fixa as normas relativas ao pagamento da cana de fornecedores pelo teor de sacarose e pureza, no Rio Grande do Norte (**Diário Oficial** de 08/10/84).

A **Circular nº 895,** de 10/10/84, do **Banco Central do Brasil,** apresenta as condições para a realização, pelas instituições financeiras privadas, de financiamentos de comercialização de açúcar e álcool da safra 1984/85. Estas operações, que serão realizadas com recursos próprios daquelas instituições financeiras, terão limites máximos (calculados com base no preço oficial e na quantidade a estocar) de 60% na **Região Norte/Nordeste,** 50% no estado do **Rio de Janeiro** e 35% nos demais estados. O crédito será formalizado através de cédula de crédito para industrialização e será exigida a apresentação da **Autorização de** *Warrantagem* **de Açúcar e Álcool** emitida pelo **IAA.**

Os encargos financeiros serão livremente acordados entre a instituição financeira e a beneficiária.

Os volumes dos estoques *warrantáveis* na safra são de 59 milhões de sacas de 50 kg de açúcar, 747 mil m^3 de álcool anidro e 2,932 milhões de m^3 de álcool hidratado (**Diário Oficial** de 11/10/84).

CRÉDITO RURAL

A **Carta Circular nº 1094,** de 28/09/84, do **Banco Central do Brasil,** apresenta os **VMC's (valores máximos de custeio)** para a lavoura do cacau. Foram estabelecidos os valores de Cr$ 63 mil/@ para a Amazônia e Cr$ 44 mil/@ para a Bahia e o Espírito Santo. Os limites de adiantamento são de 60% para mini, pequenos e médios produtores (produção bruta anual de até 2.000 MVR e 40% nos demais casos). Em 1983 (ver **Agroanalysis** vol. 7, nº 11, novembro de 1983), foi fixado um **VMC** de Cr$ 12 mil/@ para todas as regiões produtoras e os limites de adiantamento vigentes foram de 70% e 50% respectivamente (**Diário Oficial** de 02/01/84).

O **Comunicado Derur nº 807,** de 03/10/84, do **Banco Central do Brasil,** libera recursos bloqueados nas subcontas do **Funagri,** para devolução às instituições financeiras, desde que seu destino seja o custeio agrícola da safra 1984/85 (**Diário Oficial,** 08/10/84). A medida tem por fim contornar a escassez de recursos para o custeio da nova safra, decorrente das atuais restrições na política monetária.

É oportuno recordar que as instituições financeiras têm a obrigação de aplicar um determinado percentual de seus depósitos líquidos à vista em crédito rural e agroindustrial. Atualmente, esse percentual varia entre 10% e 55%, de acordo com o valor de suas operações ativas (**Resolução nº 904,** de 05/04/84, do **Banco Central do Brasil.** Se esses recursos não forem aplicados no prazo, deverão ser recolhidos ao **Funagri** onde ficam retidos por um ano.

A **Circular nº 892,** de 03/10/84, do **Banco Central do Brasil,** informa que os recursos próprios enquadrados no **Proagro** deverão, para efeito de cobertura, ser corrigidos de acordo com os índices de variação das **ORTN's,** mesmo nos casos em que os financiamentos tiverem sido contratados a juros de 35% a.a. (caso dos municípios atingidos pela estiagem) ou cujos encargos financeiros tiverem correção monetária inferior à variação plena das **ORTN's** (**Diário Oficial,** 04/10/84).

Esta **Circular** esclarece os efeitos da **Resolução nº 938** que estendeu a

correção monetária aos recursos próprios dos mutuários, no caso de cobertura pelo **Proagro**. Esta medida adotada na reunião do **Conselho Monetário Nacional**, de 1º/08/84 (ver **Agroanalysis** vol. 8, nº 8, agosto de 1984), teve por objetivo oferecer aos agricultores uma certa compensação às restrições que o crédito rural vem sofrendo ultimamente. Antes da **Resolução nº 938**, nos casos de cobertura pelo **Proagro**, apenas a parte financiada era corrigida monetariamente, enquanto os recursos próprios eram ressarcidos pelo seu valor nominal.

IMPORTAÇÕES

As **Resoluções nº 05–0683** e **nº 05–0684**, de 25/09/84, da **CPA**, isentaram de Imposto de Importação as compras, no mercado externo, de peles em bruto de suínos (durante seis meses) e de ovos frescos para incubação (por prazo de até um ano, podendo ser revogada a qualquer momento).

A **Resolução nº 05–0686**, de 25/09/84, da **CPA**, reduz de 30% para 17% a alíquota incidente sobre as importações de extrato seco de mamão.

A **Resolução nº 05–0686** isenta de Imposto de Importação uma quota de até 6 mil t de nutrientes contidos em fosfatos de cálcio naturais, fosfatos aluminocálcicos naturais, apatita e giz fosfatado não moídos, quando importados através do Nordeste, para consumo na região e destinados à preparação e/ou fabricação de fosfatos. A medida tem vigência até 31/12/84.

A **Resolução nº 05–0688**, de 25/09/84, da **CPA**, reduz de 45% para 10% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o ácido ortofosfórico destinado à preparação e/ou fabricação de fertilizantes. A medida permanecerá em vigor até 31/12/84 (**Diário Oficial** de 11/10/84).

LARANJA

A **Resolução nº 01 – SDSV/CANECC**, de 1º/10/84, da **Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura**, apresenta novos critérios para a liberação de áreas interditadas devido ao cancro cítrico (**Diário Oficial** de 03/10/84).

LEITE

A **Portaria nº 89**, de 03/10/84, da **Sunab**, fixa os preços máximos de venda ao consumidor do leite integral, desnatado ou semidesnatado. Nos municípios relacionados na **Portaria**, os preços serão de Cr$ 1.250/l, já incluído o **ICM**, nos estados do **Rio de Janeiro** e **São Paulo** e na **cidade de Curitiba**; Cr$ 1.320/l, incluído o **ICM**, em **Minas Gerais** e no **Distrito Federal**; Cr$ 1.070/l no **Rio Grande do Sul** e no **Espírito Santo**; Cr$ 1.180/l em **Pernambuco** e Cr$ 1.230/l no **Ceará** (**Diário Oficial** de 04/10/84).

TOMATE

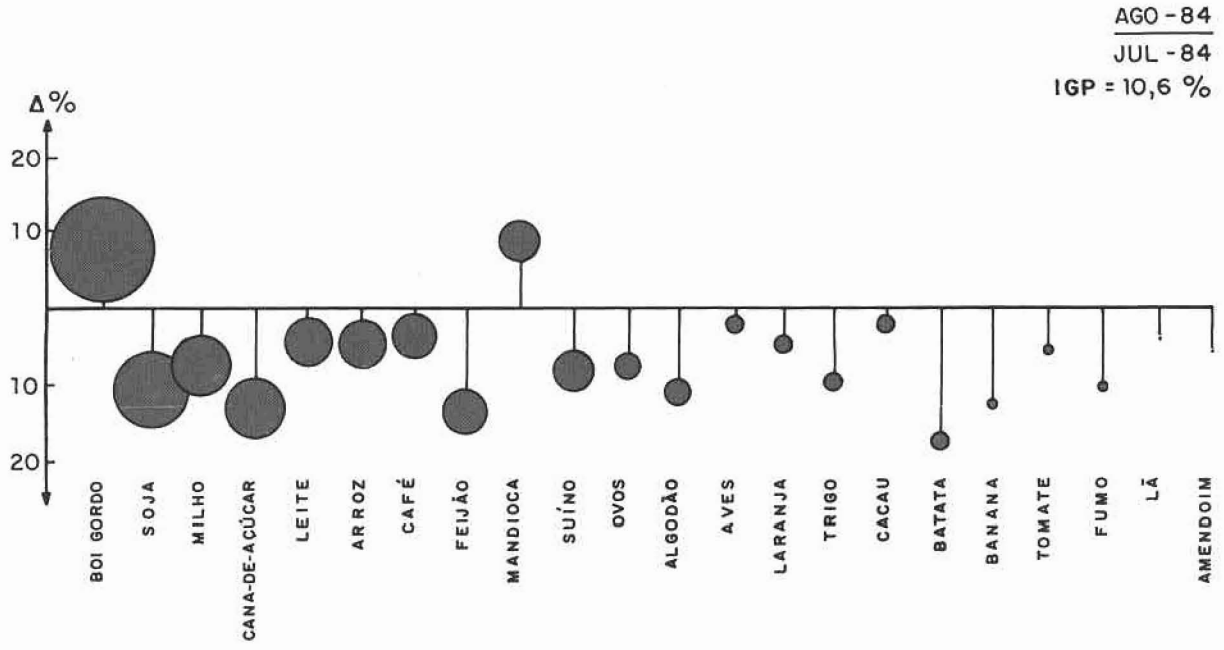
A **Portaria nº 296**, de 25/09/84, do **Ministério da Agricultura**, apresenta as normas de identidade, qualidade, apresentação e embalagem do tomate *in natura* destinado à indústria (**Diário Oficial** de 03/10/84).

TRIGO

A **Portaria nº 88**, de 28/09/84, da **Sunab**, fixa em Cr$ 523.409/t o preço de aquisição do trigo nacional, a vigorar, em outubro, para o produto com PH 78 (**Diário Oficial** de 02/10/84).



PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



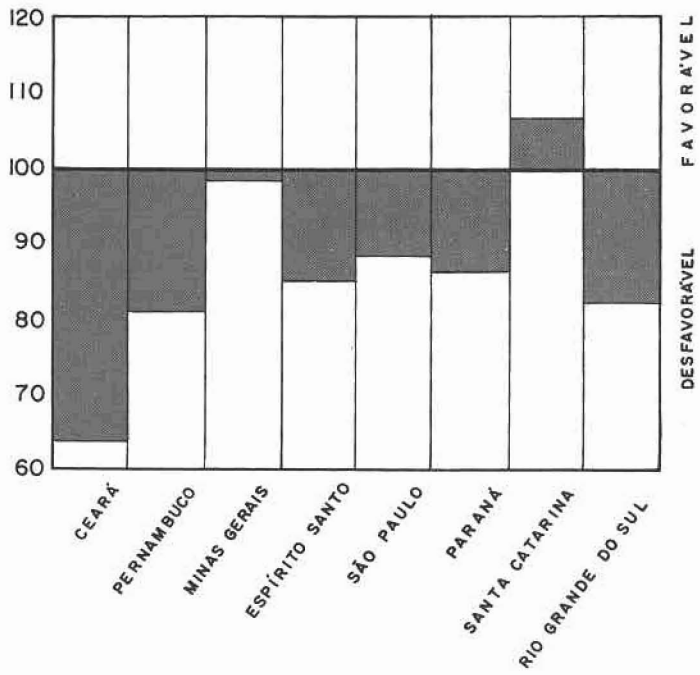
No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativa a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

A PARTIR DO NÚMERO DE AGOSTO DE **AGROANALYSIS**, OS ÍNDICES SÃO DIVULGADOS CONFORME NOVA METODOLOGIA DE CÁLCULO, CUJA BASE É O ANO DE 1970.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS / ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS — 1970 = 100)

AGOSTO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de setembro).

1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de setembro*
3 — Preço médio na última quinzena de setembro*
4 — Preço médio na última semana de setembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	9,85	4,23	4,05	4,13	O 4,23 · J 4,89 · M 5,47 · M 5,82 · J 6,13 · S 6,41	➡	Testes da produtividade da safra européia indicam crescimento da produção. Reduziu-se a quota de importação dos EUA para 2,6 milhões de t.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	77,15	64,29	64,16	64,70	O 64,29 · D 65,22 · M 67,03 · M 68,18 · J 69,30	➡	Entrada das safras do hemisfério Norte. Atual nível dos preços assemelha-se a um preço-suporte, provavelmente impedindo queda da cotação.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.042	2.294	2.310	2.319	D 2.294 · M 2.237 · M 2.241 · J 2.246 · S 2.252	➘	Permanece apertada a disponibilidade de cacau para pronta entrega. Podridão parda ameaça resultados da próxima safra brasileira.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US ¢/lb-peso	132,15	139,54	137,44	136,35	D 139,54 · M 137,95 · M 136,73 · J 135,51 · S 134,68	➘	Na renovação do Acordo Internacional do Café, os países consumidores conseguiram impor uma quota inicial artificialmente alta.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	356,36	285,81	283,49	281,68			285,81			290,34		294,44		296,11		288,10	➡	Balanço da oferta e demanda nos **EUA** indica uma oferta 13% maior do que a do ano passado. Retenção do produto norte-americano, para sustar a tendência à baixa.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	895,42	609,33	596,20	596,55		609,33		620,80		634,29		644,20		649,18	645,91	631,09	➡	Intensificação da colheita norte-americana e permanência do dólar forte frente às moedas européias.
SOJA FARELO US$/tonelada	237,72	148,87	146,88	145,72	148,87		154,91	157,73		162,03		166,99		170,74	169,52	167,87	➡	Possibilidade de a **URSS** retomar suas compras.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	346,37	351,57	348,53	348,95			351,57			358,04		356,08		341,24		344,90	➡	As importações soviéticas deverão crescer 25% em relação às 20 milhões de t adquiridas no ano comercial 1983/84.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA

1 – Preço médio de setembro de 1983, corrigido pelo IGP, col. 2, para setembro de 1984.
2 – Preço médio no mês de setembro
3 – Preço médio na última quinzena de setembro
4 – Preço médio na última semana de setembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	100.099	42.978	43.900	43.000	↓	Ingresso da safra nordestina e estoques elevados em poder das cooperativas do Paraná. Preços baixos no mercado internacional mantêm gravosas as exportações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	54.562	43.263	47.100	48.700	↑	Início, um pouco atrasado, da alta da entressafra, em razão de menor disponibilidade nas zonas de produção.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	165.513	254.645	255.050	255.740	↑	Acordo Internacional foi renovado em conformidade com as expectativas generalizadas no Brasil. Prejuízos das geadas no Paraná, ao que tudo indica, já foram assimilados pelo mercado.
BOI GORDO Cr$/arroba	55.028	53.947	55.000	55.000	↑	Anúncio do ingresso da carne importada do Uruguai. Dificuldade de repasse dos preços ao consumidor.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	103.675	85.395	87.500	87.500		Embora o mercado prossiga bem abastecido, a possibilidade de não se completar o replantio no Paraná continuará influenciando.
FRANGO Vivo Cr$/kg	1.464	1.685	1.896	1.914		Aumento nos preços do boi gordo e redução da oferta da carne avícola.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	27.198	14.058	14.250	14.250		Alta sazonal, atenuada pelo baixo consumo.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	51.302	29.537	30.750	31.100		Escassa disponibilidade no mercado interno.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

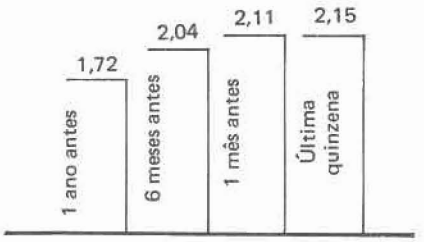
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

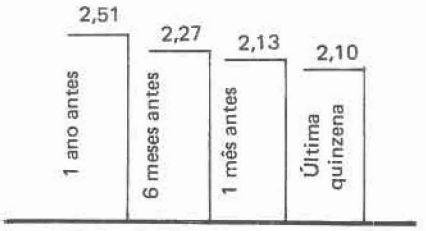
A fraca demanda pelo farelo de soja e a confirmação de uma boa safra nos **EUA**, levaram a cotação, na última quinzena, a uma queda de 2%, comparativamente à média do mês. Como a cotação do algodão, no período, manteve-se inalterada, o preço relativo algodão/soja da última quinzena apresenta-se próximo ao da média do mês.

Algodão/Soja



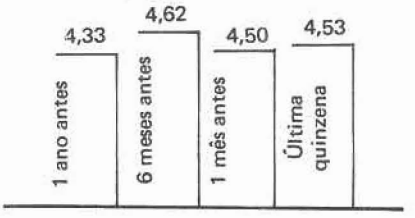
O preço do milho na última quinzena de setembro caiu ligeiramente, devido à retenção pelos agricultores norte-americanos, que visam, assim, a anular a influência baixista que o fraco movimento de comercialização vem tendo sobre as cotações. Paralelamente, ocorreu uma queda nos preços da soja.

Soja/Milho



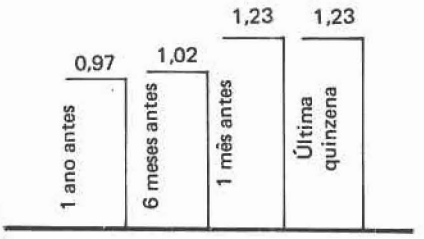
O mercado do algodão continua estacionário, com as cotações atingindo um nível mínimo, no qual vêm-se mantendo. Por este motivo, a supra mencionada queda do preço do milho acarretou um ligeiro aumento no preço relativo algodão/milho da quinzena, em cotejo com o valor médio do mês.

Algodão/Milho



O aumento das importações soviéticas de trigo não foi suficiente para sustar o movimento de baixa no mercado internacional, conseqüência do seu encarecimento face ao fortalecimento da moeda norte-americana. A queda de 1% na cotação média da quinzena, comparativamente à do mês, foi, no entanto, anulada pelo movimento semelhante observado junto à cotação do milho, o que fez o preço relativo destas *commodities* manter-se inalterado.

Trigo/Milho

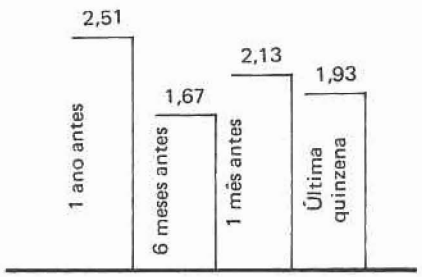


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

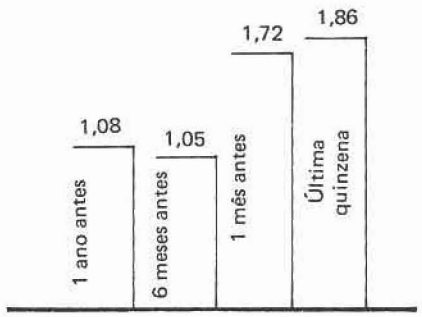
A elevação de 313% havida na cotação da ave, desde setembro de 1983, deve-se à menor oferta, motivada pela retração da demanda. O preço do boi gordo aumentou 319% no mesmo período.

Boi Gordo/Frango Vivo



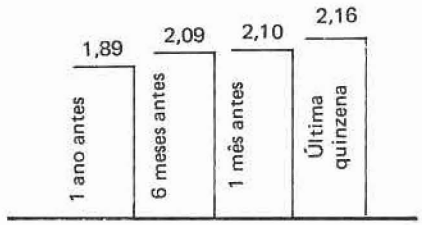
Aumentou, na última quinzena, a lucratividade dos avicultores, comparativamente à média do mês. No período, o preço da ração elevou-se 4%, enquanto o do frango vivo evoluiu 13%. Há um ano, a atividade avícola apresentava-se muito menos atraente aos criadores, pois, enquanto aumentavam os custos de produção, a própria oferta ainda se apresentava elevada comparativamente ao consumo em declínio.

Frango Vivo/Ração Ave Corte



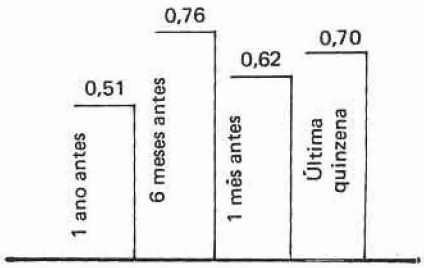
A elevação de 4% do preço da soja havida na última quinzena, em comparação com a média do mês, deu-se em função da sua pequena disponibilidade interna. Paralelamente, a cotação do milho praticamente não se alterou, pois o seu consumo mantém-se retraído. Há um ano, a situação era inversa, pois a frustração da safra de milho 1982/83 propiciou grande valorização das cotações.

Soja/Milho



A menor oferta do feijão preto tem causado elevações em seu preço, que se valorizou 15% na última quinzena, comparativamente à média do mês. Já o crescimento do preço do feijão carioquinha, em razão da entrada no mercado paulista de grande quantidade do feijão nordestino, apresenta-se muito mais lento, o que causou novo aumento do preço relativo feijão preto/feijão carioquinha.

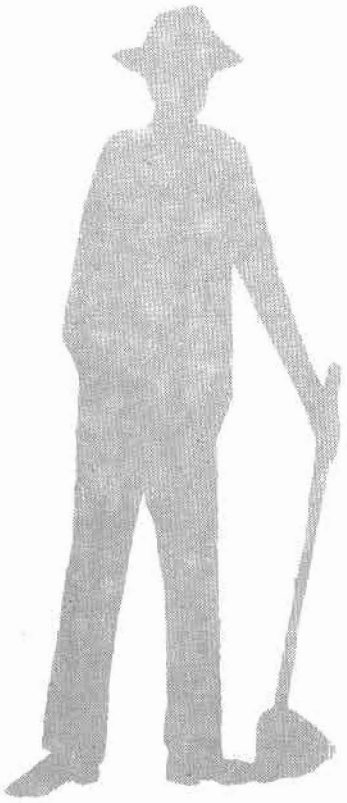
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, no nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 17 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE AGOSTO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	32.248	(3)	637.673
Algodão	3.127.727		2.144.551
Algodão arbóreo	1.465.035		302.308
Algodão herbáceo	1.662.692		1.842.243
Alho	11.784		42.850
Amendoim	148.835		246.809
Amendoim (1ª safra)	105.052		185.258
Amendoim (2ª safra)	43.783		61.551
Arroz	5.347.695		8.996.563
Aveia	120.330		127.143
Banana	399.408	(4)	468.451
Batata-inglesa	173.908		2.180.745
Batata-inglesa (1ª safra)	101.415		1.232.771
Batata-inglesa (2ª safra)	72.493		947.974
Cacau	(2) 550.549		397.873
Café	2.233.576		2.996.274
Cana-de-açúcar	3.842.625		245.753.147
Cebola	68.147		710.878
Centeio	4.027		2.702
Cevada	83.913		82.120
Coco-da-baía	165.491	(3)	538.729
Feijão	5.337.170		2.646.810
Feijão (1ª safra)	2.824.311		1.411.219
Feijão (2ª safra)	2.512.859		1.235.591
Fumo	299.660		429.505
Guaraná	5.875		806
Juta	22.500		22.400
Laranja	650.673	(3)	62.452.970
Malva	48.150		46.452
Mamona	386.321		236.526
Mandioca	1.768.341		20.575.845
Milho	12.227.949		21.257.154
Pimenta-do-reino	20.245		43.014
Rami	4.495		9.625
Sisal	321.445		224.141
Soja	9.413.709		15.539.837
Sorgo granífero	152.086		295.120
Tomate	50.496		1.720.699
Trigo	1.942.756		1.627.893
Uva	56.076		601.302

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Informações referentes a 1983. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib